



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE DESIGN E COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

VICTÓRIA BEATRIZ DA PIEDADE PASCOAL

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE A
PRESENÇA FEMININA NAS REDAÇÕES A PARTIR DE ENTREVISTAS COM
MULHERES JORNALISTAS**

CARUARU

2020

VICTÓRIA BEATRIZ DA PIEDADE PASCOAL

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE A
PRESENÇA FEMININA NAS REDAÇÕES A PARTIR DE ENTREVISTAS COM
MULHERES JORNALISTAS**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Àrea de concentração: Jornalismo e Gênero

Orientadora: Fabiana Moraes

CARUARU

2020

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Maria Regina Borba - CRB/4 - 2013

P281j Pascoal, Victória Beatriz da Piedade.
Jornalismo investigativo e gênero: uma análise sobre a presença feminina nas redações a partir de entrevistas com mulheres jornalistas. / Victória Beatriz da Piedade Pascoal. – 2020.
75 f.; 30 cm.

Orientadora: Fabiana Moraes.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Comunicação Social, 2020.
Inclui Referências.

1. Jornalismo. 2. Identidade de gênero no ambiente de trabalho. 3. Feminismo. 4. Mulheres jornalistas. I. Moraes, Fabiana (Orientadora). II. Título.

CDD 659.3 (23. ed.)

UFPE (CAA 2020-142)

**JORNALISMO INVESTIGATIVO E GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE A
PRESENÇA FEMININA NAS REDAÇÕES A PARTIR DE ENTREVISTAS COM
MULHERES JORNALISTA**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Aprovada em: **10/12/2020**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fabiana Moraes
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Amanda Mansur
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Adriana Santana
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo perceber como são sedimentados os estereótipos que fustigam a presença feminina no jornalismo investigativo. A partir de entrevistas com jornalistas investigativas e leituras bibliográficas, procuramos entender a lógica vigente do jornalismo. Percebemos que esta está calcada em preconceitos vários, especialmente relacionados ao gênero. Observamos que, apesar de serem maioria nas redações, as mulheres jornalistas não aparecem como uma figura primária da profissão, não possuindo a mesma expressão ou o mesmo prestígio conferido aos profissionais do sexo masculino pela representação midiática e pela cultura organizacional do jornalismo. As diferenças qualitativas, impostas pelas esferas sociais e culturais, ocasionam e estimulam prejuízos concretos para a carreira das jornalistas.

Pensamos também nas realizações das mulheres jornalistas que apesar das dificuldades, conseguem exprimir-se como as mulheres que são, colaborando assim para uma perspectiva particular, mais humana, e portanto mais integral, do jornalismo investigativo.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornalismo Investigativo. Gênero. Feminino. Feminismo.

ABSTRACT

This work aimed to understand how the stereotypes that attack the female presence in investigative journalism are consolidated. From interviews with investigative journalists and bibliographic readings, we sought to understand the current logic of journalism. We realized that the basis of this logic was on various prejudices, particularly those gender-related. We contemplate from the fact that, despite being a majority in newsrooms, female journalists do not appear as the primary figure in the profession, and do not have the same personality expression or the same prestige conferred on men in media presentation and the organizational culture of journalism. Qualitative differences, imposed by social and cultural spheres, cause and stimulate concrete losses for the career of journalists.

We also think about the achievements by women journalists who, despite the challenges, can express themselves, as the women they are, thus collaborating for a particular perspective, appear more human and therefore integral in investigative journalism.

Keywords: Journalism. Investigative Journalism. Genre. Feminine. Feminism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	JORNALISMO INVESTIGATIVO.....	10
2.1	De onde vem o prestígio? A construção simbólica do profissional jornalista.....	10
2.1.1	<i>Os super homens (e mulheres) da imprensa</i>	12
2.1.2	<i>Jornalistas em cena: representação da profissão no cinema.....</i>	15
2.1.3	<i>A representação da mulher jornalista no cinema.....</i>	19
2.2	O masculino no investigativo.....	21
2.2.1	<i>O jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigação.....</i>	24
2.2.2	<i>O jornalismo investigativo e a heteronormatividade.....</i>	26
2.3	Objetividade e Subjetividade.....	29
2.4	O investigativo e o literário.....	34
3	JORNALISMO E GÊNERO.....	39
3.1	Mulheres na investigação: A conquista pelo espaço.....	39
3.2	Feminização da prática jornalística.....	45
3.2.1	<i>A presença delas no mercado de trabalho.....</i>	45
3.2.2	<i>Narrativas femininas, um esforço contínuo.....</i>	47
4	METODOLOGIA.....	55
4.1	Analisando uma entrevista estruturada.....	55
4.2	As entrevistadas.....	56
5	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	59
5.1	Feminizado: sim, mas nem tanto... ..	59
6	CONCLUSÃO.....	71
	REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

No início do século 20 as jornalistas disfarçavam-se para apurar suas reportagens. Este curioso começo das mulheres no jornalismo esconde a raiz de uma falha muito bem preservada pelo sistema masculino-positivista do jornalismo (MEDINA, 2008; VEIGA, 2014). Um preconceito contextualizado pelo esquema corrente da sociedade que prevê que a perspectiva feminina seja mais sensível, portanto enviesada e por isso não apropriada para a prática jornalística.

A suposta inadequação feminina foi a nossa principal inquietação para a realização desta monografia: por que a produção jornalística da mulher é tão mais facilmente questionada se comparada a de homens? Especialmente as mulheres que participam de uma categoria mais prestigiada, como a do jornalismo investigativo? E se, de fato, a visão da jornalista for mais propensa a empatia, isso acarreta uma desvantagem na prática?

Durante este trabalho procuramos entender como o jornalismo investigativo se consolidou como uma profissão prestigiada, como ainda persiste a manutenção de uma perspectiva masculina na profissão (principalmente no chamado jornalismo investigativo) e como o próprio jornalismo contribui para a continuidade de uma discrepância de oportunidades entre os gêneros.

Conseguimos através do depoimento das nossas entrevistadas e de leituras como Medina (2008); Veiga (2014, 2018); Marocco (2018); Moraes (2015, 2018, 2019); Leite (2017); Queiroz (2012, 2013); Rosaldo (2012); Santos (2018), perceber pistas de como são sedimentados os estereótipos e os discursos que reforçam o jornalismo como uma profissão masculina. Ao analisarmos, percebemos que a lacuna de oportunidades e o cerceamento de expressões femininas não são um mero acaso, mas sim na verdade, produto de uma sociedade desigual que tem interesse em perpetuar essas desigualdades para a manutenção de uma ordem que só interessa a quem previamente possui alguma vantagem sobre ela.

Apesar das cruéis tentativas de silenciamento, as mulheres insistem. No Brasil a maioria de profissionais do jornalismo são do sexo feminino (BERGAMO, MICK e LIMA, 2012 – dados Fenaj e Abraji), e ainda que sejam minoria nos cargos de liderança, elas esforçam-se para terem suas narrativas vistas, respeitadas. Ao longo deste trabalho evidenciamos que a feminização do jornalismo é de extrema importância para a condição democrática da profissão e que a subjetividade do repórter não é algo a ser medido, dosado, visto que, como tradutor da sociedade, o jornalismo detém a obrigação de procurar a

integralidade dos fatos levando em conta a maior pluralidade de interpretações possíveis. Dessa forma a presença da mulher no jornalismo não deixa de ser uma maneira de educar a forma com que a sociedade responde a presença feminina.

O debate sobre a necessidade da presença das “minorias” pode ser estendido a todas as outras profissões. No jornalismo, onde também estão evidentes questões como diferenças raciais, fica ainda mais claro que a carência de oportunidades, a diferença salarial e o descrédito se convertem na naturalização de um preconceito absolutamente infundado, que coloca as mulheres como menos aptas à prática jornalística investigativa.

Durante as próximas páginas tentaremos traçar um entendimento entre a lógica masculinista e o jornalismo investigativo. Contudo, nosso maior objetivo é, através da pesquisa, demonstrar às profissionais - futuras e em exercício - que o sentimento de inadequação e insegurança tem menos a ver com a qualificação delas do que com o sistema perpetuado do jornalismo. As mulheres - e os homens que não se encaixam nos padrões - por vezes aparam-se, diminuem-se voluntariamente para facilitar o pertencimento a classe jornalística. No entanto, está provado que as mulheres podem circular tranquilamente por todos os níveis de trabalhos físicos e intelectuais, basta que lhes seja dada a oportunidade. No jornalismo investigativo não é diferente, afinal, competência é também um substantivo feminino.¹

¹ Inspirado no livro *Teoria King Kong* de Virginie Despentes, publicado no Brasil em 2016 pela N-1 Edições.

2 JORNALISMO INVESTIGATIVO

2.1 De onde vem o prestígio? A construção simbólica do profissional jornalista.

A mais valorizada das áreas do jornalismo, a "investigativa" é a que melhor representa o ideal simbólico, cultural e masculinista da profissão. Pautada fortemente pelos valores "clássicos" da notícia - objetividade, imparcialidade e neutralidade - esta categoria é a representação perfeita de um jornalismo sedimentado na crença de um contrapoder (OLIVEIRA, 2005). Uma atividade quimérica que encontra sua ilustração popular em algo entre as inteligências de Clark Kent e Mikael Blomkvist.²

Herói é a primeira definição para o tipo ideal criado com esmero para dar forma e sentido ao jornalista dentro do contexto também enaltecido do jornalismo, em suas diversificadas aparições (jornal, rádio e tevê) e no decorrer do tempo. Interessante observar que esta imagem de herói funciona tanto para o bem quanto para o mal. Perseguindo criminosos ou manipulando fatos, ele está ali, imprimindo sua marca – de investigador, de aventureiro, destemido e solitário lutador – correndo riscos para realizar sua profissão/missão, como também estão na tela com a mesma inclinação, cowboys e policiais. (BERGER, 2002, p. 17 apud TARAPANOFF, 2001, p. 4).

Largamente representados na literatura e em filmes e séries criminais de tv, os jornalistas investigativos ocupam um lugar privilegiado na consciência coletiva. Afinal, segundo a opinião pública, a sua função não é somente informar, mas sim escavar a notícia com as próprias mãos e utilizar métodos eficazes, por vezes perigosos, para atingir seus objetivos. A imprensa e o jornalismo estão rodeados por representações heróicas, apoiadas por uma concepção histórica da prática profissional. Mas de onde vem essa notoriedade?

Em 1828 o termo Quarto Poder foi usado pela primeira vez pelo poeta, historiador e parlamentar britânico Thomas Babington Macaulay (1800-1859). Refere-se ao poder dos meios de comunicação em alusão aos três outros poderes formais do Estado de Direito (Judiciário, Legislativo e Executivo). A expressão é até os dias recentes utilizada para expressar a importância do jornalismo como um pilar no regimento da sociedade e é sintomática ao demonstrar uma posição privilegiada do jornalista em relação ao corpo social.

Não há outra atividade ou outro profissional que, contemporaneamente, permita à humanidade, o conhecimento público, massivo, imediato,

² Clark Kent é heterônimo do Superman, personagem de quadrinhos da DC Comics que trabalha como jornalista enquanto disfarçado. Mikael Blomkvist é criação literária de Erik Larson - posteriormente adaptado aos cinemas - Mikael é jornalista, editor da fictícia revista Millennium.

periódico e planetário das coisas que ela mesma produz, segundo critérios como interesse público ou relevância social. (KARAM, 1995, p. 155)

Os jornalistas no geral pensam bem de si mesmos. A profissão é valorizada pelos seus próprios membros como elemento de necessidade vital para o bom funcionamento da raça humana. “A representação simbólica da profissão como missão é um dos pilares de reforço da adesão do jornalista ao trabalho” (DIAS, 2012, p. 161). Diferente de outras profissões, o jornalismo se enquadra como uma tarefa estimada entre os seus. Poucos são os jornalistas que, assim como Janet Malcolm, vêm a profissão com olhos desconfiados: “qualquer jornalista que não seja demasiado obtuso ou cheio de si para perceber o que está acontecendo sabe que o que ele faz é moralmente indefensável”³ (MALCOLM, 1989, p. 7) diz a jornalista americana logo no início do livro *O jornalista e o assassino* - uma não-ficção que conta a história de um médico que assassinou brutalmente a sua família e do jornalista que por anos correspondeu-se com ele por meio de cartas. O livro é um debate sobre a ética, os limites do jornalismo e o compromisso do repórter com a fonte e o público.

As representações sociais em torno do jornalismo (relativas à imprensa e a outros meios de comunicação) e da profissão jornalista advêm da imagem que os indivíduos do grupo têm de si e da que exteriorizam para a sociedade. (DIAS, 2012, p. 154).

No entanto, para a maioria dos jornalistas, além de defensável, a prática profissional se justifica a partir da construção simbólica de um jornalista que também é agente de moderação social, que busca a justiça e não teme os infortúnios da vida prática. “O discurso idealizado sobre a profissão construiu a representação do jornalismo como uma atividade que diz não à rotina e que comporta uma grande carga de adrenalina diária” (OLIVEIRA, 2005, p. 48). A imagem do mártir aventureiro é - mesmo que inconscientemente - uma estratégia de cooptação dos novos profissionais interessados em rotinas menos desgastantes e algum propósito nobre no labor.

Mesmo vivenciando na prática profissional limitações para canalizar energias em torno desse ideal heróico e aventureiro, não seria improvável dizer que, seduzidos pela imagem de prestígio e glamour da profissão, alguns jornalistas acreditam mesmo que são seres à parte. (OLIVEIRA, 2005, p. 46).

³ Não podemos deixar de destacar a hipérbole da frase de Malcolm. Ao decorrer deste texto acompanhamos jornalistas que não somente defendem a prática da profissão como também teorizam a respeito de sua funcionalidade ética. A frase é, de fato, dada ao exagero - incentivado pelo jornalismo literário (ou novo jornalismo) do qual Malcolm é mestra. Fabiana Moraes em *O Nascimento de Joicy* (2015) cita Francisco Karam, jornalista e professor, e sua crítica a frase de Malcolm. O eticista diz: “O jornalismo não é só moralmente defensável. Ele é moralmente imprescindível”. Uma lembrança de que a frase não necessariamente abarca todas as maneiras de se fazer jornalismo.

No jornalismo investigativo percebe-se um apelo ainda maior ao espectro heróico da profissão. Além da aura de personalidade que envolve o jornalista investigativo, Fortes aponta outra vantagem do “rótulo”: a colocação honrosa e bem remunerada dentro de um mercado de trabalho cada vez mais fechado e restrito. (FORTES, 2005, p. 15).

É comum ouvir alunos externam o desejo de se dedicarem a esse tipo de jornalismo [Jornalismo Investigativo], aquele que desvenda casos insolúveis, que aponta culpados, que faz justiça. Caracterizado pelo trabalho solitário, longe das salas burocráticas das redações, ele representaria a essência da prática, o que explica o fascínio que desperta. (CAVALCANTI, 2006, p. 69).

Esse tal fascínio encontra facilmente sua representação na vida real a partir de exemplos heróicos - até mesmo quixotescos - da prática. De fato, na realidade é possível encontrar casos de jornalistas profundamente tocados pelo *complexo Clark Kent*, como coloca Geraldinho Vieira (1991). O “complexo” pode ser caracterizado pela “vontade do jornalista de ultrapassar as fronteiras do que é possível como repórter e tornar-se um super-homem.” (VIEIRA, 1991, p. 29). A confusão deve-se à interpretação pouco exata da função do jornalista. Vieira (1991) aponta que as funções de jornalista e policial são confundidas, o que faz com que a população - e até o próprio profissional - cobre soluções que estão além do alcance do jornalismo.

2.1.1 Os super homens (e mulheres) da imprensa

O complexo do jornalista super humano encontra uma representação prática através de vários exemplos na vida real. Um dos casos mais chocantes da história recente no país foi o episódio do assassinato do jornalista gaúcho Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, o Tim Lopes, morto em 2002 por uma facção criminosa. Tim apurava para a Rede Globo uma denúncia sobre consumo de drogas e exploração de menores em bailes funk no Rio de Janeiro. Como era de costume, o jornalista entrou na Vila Cruzeiro disfarçado e com uma pequena câmera na cintura. Infelizmente, Tim foi reconhecido pelos traficantes e foi sequestrado antes de ser morto de uma forma tão brutal e chocante que preferimos não entrar em detalhes aqui. Apesar da aparência comum - Tim tinha um aspecto considerado simples, misturava-se com facilidade em uma multidão - o jornalista tinha ganhado bastante visibilidade nos últimos anos devido às suas reportagens investigativas. No ano anterior à tragédia Tim tinha ganho o prêmio Esso pela série de reportagens “Feirão das Drogas”. O jornalista representava bem o ideal heróico da profissão, foi citado pelo jornal *O Globo* após a

sua morte como o repórter “que já no nome era um anjo de ordem superior”. (CASTILHO, 2012)

Quando o jornalismo cumpre seu dever social, é comum vermos jornalistas serem erguidos à posição de heróis. Repórteres de TV têm mais facilidade para ser reconhecidos; os de impresso encontram uma companhia constante no anonimato. Normalmente, mesmo as matérias assinadas, que são a maior fonte de prestígio para um jornalista de impresso, são pouco reconhecidas pela população. (SANTOS; PINTO JÚNIOR, 2014, p. 5)

O trecho acima indica que quanto maior a exposição, maior é a cobrança sobre o jornalista. Tanto que a maior “confusão” sobre os deveres da imprensa se dá em programas policiais de televisão que procuram resolver problemas como o esgoto estourado da rua ou a falta de iluminação no bairro. Esses programas - e esses jornalistas - vestem o manto do herói e se colocam como um órgão de fiscalização do governo local, utilizam até calendários para marcar os compromissos arranjados. A reprodução deste tipo é comum em todos os estados, existem versões regionais desses programas do Amazonas ao Rio Grande do Sul e a população - o maior termômetro para o jornalismo - parece aceitar bem essas tentativas de justificação na imprensa local, basta ver os grandiosos números de audiência.

O mau atendimento e as faltas por grande parte das instituições brasileiras com a população geram o sentimento de frustração nas massas. Vulnerável e aflita, a última opção da população é justamente a imprensa. Esse é um dos principais fatores que levam o público a fantasiar o jornalista como um super-herói capaz de resolver todos os problemas. (SANTOS; PINTO JÚNIOR, 2014, p. 12)

A ideia de obrigação moral também é motivo de sofrimento para os jornalistas. Assim como os médicos e outros profissionais que interferem diretamente na vida pública, os jornalistas estão em frequente conflito entre o que se consegue oferecer para a sociedade e o que a sociedade espera que seja oferecido. As incompatibilidades trazem um certo desconforto, e, dependendo do profissional, a pressão externa pode levá-lo a consequências-limite.

Em 1993 no Sudão, Norte da África, um episódio resultou em uma das fotografias que marcaram o século. Trata-se da imagem feita pelo fotojornalista Kevin Carter. A foto é de uma criança curvada, fraca o suficiente pra não conseguir se levantar e proteger-se do abutre que a espreita e espera por sua morte. A imagem forte, que evoca entre outras coisas a extrema fragilidade humana por decorrência da fome, rodou o mundo. “Waiting Game for Sudanese Child” foi publicada pela primeira vez no New York Times em 13 de Abril de 1993. No ano posterior Carter foi premiado com o Pulitzer pela imagem. O fotógrafo fazia parte do

*clube do bang bang*⁴, apelido de uma instituição não formal composta por quatro membros - eles Ken Oosterbroek⁵ (1963-1994), Greg Marinovich (1962), João da Silva (1966) e o próprio Kevin Carter (1960-1994) - fotojornalistas brancos que cobriram durante quatro anos (1990-1994) os conflitos no continente africano. A África do Sul vivia nesse momento a transição não-pacífica entre o fim do apartheid para o regime democrático baseado no voto. (DOS SANTOS, 2013)

Em seu último livro, *Diante da dor dos outros*, publicado em 2003, Susan Sontag questiona como nós interpretamos as fotografias de sofrimento. Qual a nossa reação enquanto conjunto social ao termos acesso a imagens tão íntimas de dores alheias. No trecho a seguir, a autora pensa em uma relação de cumplicidade entre o produtor da imagem e o público que irá vê-la.

O sentimentalismo, como se sabe, é perfeitamente compatível com um gosto pela brutalidade e por coisas ainda piores. É a passividade que embota o sentimento. Os estados definidos como apatia, anestesia moral ou emocional, são repletos de sentimentos; os sentimentos são raiva e frustração. Mas, se ponderarmos quais emoções seriam desejáveis, parece demasiado simples escolher a solidariedade. A proximidade imaginária do sofrimento infligido aos outros que é assegurada pelas imagens sugere um vínculo entre os sofrendores distantes e o espectador privilegiado, um vínculo simplesmente falso. Na mesma medida em que sentimos solidariedade, sentimos não ser cúmplices daquilo que causou o sofrimento. Nossa solidariedade proclama nossa inocência, assim como proclama nossa impotência. (SONTAG, 2003, p. 85)

A impotência e a frustração colocadas por Sontag (2003) se estendem maximizadas ao fotógrafo ou produtor da imagem. No caso do fotojornalismo (e do jornalismo no geral) é muito difícil que o correspondente saia ileso de uma situação como a que Kevin Carter se deparou em 1993 no Sudão. O fotojornalista foi questionado por sua conduta. Ao que parece, a opinião pública esperava que além de fazer o registro, Carter salvasse a criança da morte. A sensibilidade - e a ética - do repórter fotográfico foi posta à prova como vemos no trecho abaixo:

Ao mesmo tempo em que se tornou a imagem mais utilizada por agências não governamentais em campanhas de arrecadação de recursos, na década de 1990, a foto de Kevin Carter também colocou-se como ponto de diversas

⁴ Greg Marinovich - também ganhador do Pulitzer por uma foto tirada no mesmo período (1991) - e João da Silva - que teve as duas pernas amputadas após pisar em uma mina explosiva durante a cobertura da guerra do Afeganistão para o New York Times em 2010 - escreveram juntos *Clube do Bang Bang: instantâneos de uma guerra oculta*, o livro foi lançado em 2003 e em 2010 a história ganhou uma adaptação cinematográfica também chamada de *Bang Bang Club* (no Brasil o nome do filme é *Repórteres de Guerra*).

⁵ Ken Oosterbroek morreu no cumprimento do ofício. Foi atingido por uma bala durante a cobertura do conflito no township de Thokoza em 1994, uma semana antes da eleição de Nelson Mandela no recém-instaurado regime democrático.

inquietações. [...] Paulatinamente, **as questões se deslocam da imagem para o fotógrafo** - como ele pode chegar tão perto da cena para garantir o registro, sem se sensibilizar com a condição da criança? Ele fez algo pela criança? Conseguiu protegê-la, de alguma forma? O registro da imagem é a expressão de seu talento artístico em harmonia com a ideia de que uma foto é também informação - ou seja, ela confere materialidade ao sofrimento e torna real algo que, se não fosse registrado, permaneceria distante do cotidiano de maioria da população ocidental naqueles anos iniciais da década de 1990 - ou revela apenas a cumplicidade de um estrangeiro com as condições mais profundas que levaram a guerra e a fome à vida daquela criança? (GOMES, 2016, p. 160, grifo nosso)

Após sua morte Carter foi descrito como um rapaz emocionalmente instável pelos seus colegas. O exemplo trágico⁶ serve para pensarmos os limites do jornalismo, as duras cobranças vestidas de verdades absolutas e o envolvimento íntimo entre o correspondente e a cena.

2.1.2 Jornalistas em cena: representação da profissão no cinema

Dentro da sociedade midiática são construídas imagens simbólicas a respeito do jornalista e sua representação social. Estas imagens se baseiam em conceitos como ética, transparência, honestidade, sinceridade, lealdade, credibilidade, compromisso, além de investigação, fiscalização, denúncia e informação (OLIVEIRA, 2005). Características que a sociedade assume para o jornalista e o jornalista reforça assumindo para si. “Ou seja, o que o grupo acha que o “outro” (a sociedade) pensa sobre ele, recupera representações construídas pelo campo, funcionando como um artifício legitimador utilizado na construção da identidade requerida pelos jornalistas.” (OLIVEIRA, 2005, p. 128).

Como visto nos casos dos repórteres citados anteriormente - o brasileiro Tim Lopes e o sul-africano Kevin Carter - dos homens e mulheres da imprensa é esperado quase o impossível. Apesar de ser uma atividade de ordem prática pertencente inevitavelmente ao mundo real, o jornalismo quando visto pela ótica social ganha contornos de uma atuação arrojada, feita por pessoas elevadas que se comprometem com a justiça e o bem estar geral.

⁶ Para um rápido esclarecimento: Kevin Carter expulsou o abutre de perto do garotinho Kong Nyong. Kong viveu até 2006 e morreu devido a uma febre. Os pais da criança a tinham deixado sozinha para pegar comida vinda de um avião da ONU. Carter esperou 20 minutos a ave de rapina abrir os braços, como ela não o fez, o fotógrafo aproximou-se lentamente e tirou fotos a cerca de 10 metros da cena. Os fotojornalistas eram indicados a não tocar nas pessoas para evitarem a transmissão de doenças. Carter disse em vários momentos posteriores sentir remorso por não ter feito nada pelo garotinho. O fotojornalista foi cruelmente comparado pela opinião pública ao próprio abutre da fotografia. No St. Petersburg Times da Flórida, foi publicado o seguinte: “O homem ajustando suas lentes para capturar o enquadramento exato daquele sofrimento poderia muito bem ser um predador, um outro urubu na cena.”

Os produtos de mídia interferem na percepção e na construção do jornalismo. No cinema a profissão é fortemente representada, os jornalistas encontram sua ilustração ficcional em centenas de peças cinematográficas. Essas peças são chamadas de *newspaper movies*.

Segundo Stella Senra, na obra *O último jornalista: imagens de cinema*, já no século XIX o jornalismo era visto como uma profissão “envolvida em arrojado e perigo, à vontade nos recantos mais obscuros da cidade”, possuindo os elementos necessários para contar uma boa história e, portanto, atrativo para o Cinema, apresentando muitas semelhanças com a sétima arte, mais do que se poderia supor. (TARAPANOFF, 2011, p. 3).

A prática jornalística se aproxima muito do que é considerado uma “boa história”, muitos filmes deste gênero utilizam a narrativa da jornada do herói, como identificou Joseph Campbell em *O Herói de Mil Faces* (1949).

Ao analisar mitos, contos populares e de fadas de todo o mundo, o mitólogo norte-americano Joseph Campbell averiguou a existência de uma estrutura básica que permeia as narrativas míticas. Batizado de Jornada do Herói, este monomito é o cerne do livro ‘*O Herói de Mil Faces*’, publicado em 1949. (MARTINEZ, 2003, p. 2)

A jornada do herói é composta por três fases (a partida, a iniciação e o retorno) e é subdividida em dezessete etapas. A jornada funciona como uma espécie de roteiro amplamente usado na ficção e na narrativa publicitária. É perceptível em muitos exemplares da categoria *newspaper movies* os usos dessa escolha narrativa e é relativamente comum vermos os jornalistas da ficção como personagens a percorrerem a jornada do herói. Este é o caso de Mikael Blomkvist, protagonista da série sueca de livros e filmes *Millennium*. O personagem criado por Stieg Larsson é o perfeito exemplo do arquétipo jornalista-herói. Em *Os Homens que Não Amavam as Mulheres*”, primeira história da saga, Mikael é um jornalista investigativo especializado em economia, de 43 anos, sócio e editor da revista Millennium. Blomkvist é um profissional ético e crítico - com algumas dificuldades na vida pessoal - que junto da super hacker Lisbeth Salander se envolve na investigação de um crime de feminicídio envolvendo a família Vanger, uma das mais ricas e poderosas da Suécia.

No início da trama, Blomkvist tem sua credibilidade abalada após ser injustamente denunciado por difamação. Depois deste fato, o empresário Henrik Vanger contrata Mikael para desvendar o desaparecimento de sua sobrinha mais querida, Harriet Vanger. Mikael aceita a proposta com o intuito de limpar sua imagem e Henrik Vanger oferece, em troca dos seus serviços, informações sobre o empresário que denunciou Mikael. Depois de quase expirar o período do contrato, sem sucesso em encontrar respostas, Mikael forma uma aliança com a hacker Lisbeth Salander, que possui as ferramentas certas para a apuração do caso.

Juntando suas habilidades jornalísticas com as habilidades de hackeamento de Salander, Mikael Blomkvist conclui o caso e descobre o paradeiro de Harriet, denunciando todos os misóginos envolvidos nos crimes de feminicídio. No entanto, Mikael não consegue chegar a este momento sem antes ter sido quase assassinado, o momento tenso da narrativa que permite a ascensão e a restauração do prestígio do jornalista. Percebemos em *Millennium* a utilização do conceito jornalista-herói, desde o dificultoso início de uma apuração complicada ao ponto de declínio onde a qualidade do jornalista é questionada. Até o momento ápice, a gloriosa ocasião da publicação da reportagem e o desmascaramento de milícias vilanescas e grupos antagonicos. Esta estrutura narrativa fomenta a criação simbólica de um jornalista essencialmente heróico, e como veremos adiante, masculino.

Segue essa linha o filme *Spotlight: Segredos Revelados* (2016), na trama mulheres jornalistas são representadas ao lado de homens - e diferem-se das mulheres jornalistas representadas em filmes que comentaremos a seguir. O longa, baseado em fatos reais, acompanha o grupo de jornalistas do The Boston Globe no início dos anos 2000 e a sua enérgica apuração de um esquema de pedofilia envolvendo membros da arquidiocese da Igreja Católica em Boston, Massachusetts. O filme foi tão bem-sucedido quanto as séries de reportagens do The Boston Globe que começaram a ser publicadas em 2002. Depois de denunciado, o escândalo serviu para prender os envolvidos nos crimes de pedofilia (inclusive padres brasileiros) e rendeu o prêmio Pulitzer para os jornalistas.

O filme se consagrou como o grande vencedor do Oscar 2016, levando os prêmios de melhor roteiro e de melhor filme.

Em *Spotlight* os jornalistas são retratados como éticos, responsáveis e comprometidos. Uma imagem favorável do jornalista. No entanto, essa é apenas uma das facetas dos profissionais na ficção. *A montanha dos sete abutres* (1951) de Billy Wilder é exemplo para o outro lado da moeda, uma ilustração negativa da profissão. O jornalista Charles Tatum (Kirk Douglas) assume a responsabilidade da retirada de um homem que ficou soterrado em uma montanha. Em nome do sensacionalismo, Charles - junto ao xerife da cidade e a mulher do pobre homem - prolonga ao máximo a retirada do soterrado e cria um verdadeiro circo ao redor da cena. O animal sanguinolento do título é uma referência tanto a montanha aborígine que serve de cenário para o filme quanto às práticas nada decentes do protagonista. “Cuido de pequenas e grandes notícias e se não tem nenhuma, saio e mordo um cachorro”, diz Charles Tatum no início do filme, uma pista do comportamento que está por vir.

Herói e bandido estiveram presentes em diferentes filmes e períodos. O vilão é representado pelo profissional que não mede esforços para conseguir seus

objetivos e dar um “furo” de reportagem. Sem caráter e trafegando pelo (sic) submundos do crime, ele não hesita em colocar sua carreira na frente de tudo e todos. O herói identifica-se com os valores do mundo público e defende a verdade, a democracia e o bem comum. Nesse sentido pode-se dizer que o jornalista surge como o herói urbano do século 20. Não é à toa que Clark Kent, o Super Homem (sic) - é jornalista. (TRAVANCAS, 2001, p. 2)

O processo de narrar fatos que de fato aconteceram - ou que tenham grandes chances de acontecer - reforça a credibilidade da história. A construção de um clima de “bastidores da vida real” na narrativa que alimenta positivamente o coração do relato ficcional no cinema.

“A relação do jornalista com o cinema tem ainda um fator determinante: o interesse em mostrar o processo através do olhar do profissional, para que o espectador veja, de certa forma, como os acontecimentos se tornaram notícia.” (BASTOS; ALMEIDA; SAVERNINI, 2016, p. 5). Isto é, o desejo de saber como é construída a história e como se dá a apuração noticiosa é de interesse não só dos futuros-jornalistas e estudantes de comunicação, para os espectadores em geral o jornalista é um bom personagem.

[...] a atividade profissional do jornalista é interessante na composição de uma boa história, peça-chave para o cinema: o jornalista em sua rotina de trabalho localiza problemas, investiga as suas causas, descobre fatos e deve apresentar soluções na forma de enunciados. Afinal, os personagens cinematográficos são construídos por meio de suas ações, como propõe Christa Berger: por meio de suas ações perspicazes e inteligentes é que irão acompanhar, interferir e solucionar questões presentes no filme. (TARAPANOFF, 2011, p. 3)

2.1.3 A representação da mulher jornalista no cinema

A versatilidade da carreira transforma o jornalismo em mote de muitas produções, especialmente em Hollywood. No entanto, as dificuldades apresentadas pelas profissionais femininas se estendem também à ficção. No artigo *A Representação da Mulher Jornalista no Cinema de Hollywood* (XAVIER, SANTI, 2019) os autores analisam seis filmes lançados na primeira década dos anos 2000 (*De Repente 30*, 2004; *O Diabo Veste Prada*, 2006; *Os Delírios de Consumo de Becky Bloom*, 2009; *A Verdade Nua e Crua*, 2009; *Uma Manhã Gloriosa*, 2010 e *O Príncipe do Natal*, 2017) em que as protagonistas eram mulheres jornalistas. O que foi constatado - apesar do recorte da pesquisa em priorizar filmes do gênero romance e comédia - é que as mulheres jornalistas não são tratadas com a mesma seriedade com que seus colegas do sexo masculino estão acostumados. Os autores do artigo identificam características em comum nestes filmes, entre elas está a subalternidade feminina, em que a maioria dos chefes são homens e demonstram dificuldade em aceitar o trabalho e acatar as sugestões da jornalista. O dado indica a pouca representação da mulher em posições de chefia, além da precariedade do crédito cedido à jornalista mulher.

Representado no cinema encontramos as inúmeras faces do fazer jornalístico. Estas produções, porém, mobilizam formas distintas de representação para o fazer jornalístico de homens e de mulheres. Algumas dessas representações se aproximam da realidade; outras sustentam estereótipos que, de tanto serem reproduzidos, acabam se tornando hegemônicos na construção do imaginário do público em relação à profissão [...] Os homens jornalistas são retratados a partir de um olhar masculino que é subentendido no contexto social através das divisões de gênero (podendo ser, inclusive, inescrupulosos, bêbados, mentirosos e/ou até super-heróis). Já as mulheres jornalistas são submetidas a estereótipos construídos para que sejam frágeis, inexperientes, amadoras e histéricas (XAVIER, SANTI, 2019, p.3)

Nas raras exceções, podemos notar a presença da jornalista no cinema sem grandes afetações, como no caso de Katharine Graham (também conhecida como Kay Graham) interpretada no filme *The Post* (2018) por Meryl Streep e excluída do filme *Todos os Homens do Presidente* (1976) por não saberem onde encaixá-la na história (aparentemente, nos anos 70, uma mulher com um imenso poder político parecia uma narrativa muito complicada). Katherine era editora e CEO do *The Washington Post* na época do escândalo Watergate, e foi dela a corajosa decisão de publicar os arquivos confidenciais que culminaram na renúncia do presidente Nixon em 1974. A Kay de Meryl Streep é uma mulher forte, sensata e inegavelmente poderosa. Talvez por seu lugar de prestígio - Kay era literalmente a dona do

jornal - a personagem não precisou se ‘moldar’ como acontece com grande parte das mulheres jornalistas nos filmes como coloca o pesquisador Joe Saltzman no artigo *SOB Sisters: The Image of the Female Journalist in Popular Culture* (2003):

A mulher jornalista enfrenta um dilema em curso: como incorporar os aspectos masculinos do jornalismo essenciais para o sucesso - ser agressiva, confiante, curiosa, durona, ambiciosa, cínica, pretensiosa, antipática - enquanto ainda se é a mulher que a sociedade espera que ela seja - compassiva, carinhosa, amorosa, maternal, simpática. Repórteres e editoras na ficção lutaram para superar essa contradição ao longo do século 20 e ainda lutam essa batalha nos dias de hoje. ⁷(SALTZMAN, 2003, p.1)

O autor nos diz que a mulher jornalista se vê coagida a incorporar atitudes ditas masculinas no seu trato, tudo para conferir um certo respeito no ambiente ocupacional. Essa atitude se repete no mundo real como veremos adiante. Apesar de ninguém em sã consciência querer ser falsamente cínico ou arrogante, essa é uma das estratégias, segundo Saltzman, que as mulheres adotaram para se fazerem vistas e respeitadas no meio profissional.

A ausência de filmes que representam a mulher como um digno retrato do profissional da imprensa é sintomática. Ao analisarmos a forma com que a profissional mulher é retratada em produtos culturais percebemos que a questão de gênero está profundamente ligada à desigualdade. Enquanto os homens jornalistas são exemplares da assertividade e do altruísmo, movidos por interesses nobres e generosos, quando não dotados literalmente de super-poderes, as mulheres são retratadas como passionais, descontroladas e, por vezes, inexperientes.

A cultura masculina apropria-se do poder no jornalismo. No artigo português de ótimo título "*As mulheres tentam compensar. O verbo ‘compensar’ é terrível, não é?*" *Gênero e jornalismo em tempos de mudança*, Silveirinha e Simões (2016) citam a pesquisadora sueca Monika Djerf-Pierre: “onde a feminilidade tem um valor simbólico, uma mulher pode ‘compensar’ esse sinal negativo adquirindo outras formas de capital: profissional, cultural, econômico ou social” (DJERF-PIERRE, 2011, p. 97 apud SILVEIRINHA; SIMÕES, 2016, p. 34) e colocam que “para se manterem na profissão as mulheres ou adotam o olhar masculino da cultura da sala de redação ou dependem do seu capital feminino como um ativo” (SILVEIRINHA; SIMÕES, 2016, p.34), a triste constatação é de que o gênero ultrapassa

⁷ No original: “The female journalist faces an ongoing dilemma: How to incorporate the masculine traits of journalism essential for success – being aggressive, self-reliant, curious, tough, ambitious, cynical, cocky, unsympathetic – while still being the woman society would like her to be – compassionate, caring, loving, maternal, sympathetic. Female reporters and editors in fiction have fought to overcome this central contradiction throughout the 20th century and are still fighting the battle today.”

qualquer outro rótulo durante a caminhada profissional. E para ascender a um cargo alto ou ter o reconhecimento merecido, as jornalistas mulheres precisam ser nada menos que ótimas, extraordinárias, geniais. Isto porque o ethos - o conjunto de regras, hábitos e comportamentos introjetados pela coletividade - que rege o jornalismo é extremamente masculinizado. Em todas as esferas deste, mas especialmente no jornalismo de investigação - o nosso mote neste trabalho - as atitudes ditas masculinas são mais valorizadas. Em contraponto, uma abordagem feminina do jornalismo é negada, desmerecida. Na próxima seção veremos como o jornalismo investigativo está absorto na heteronormatividade, lógica que exclui sistematicamente aqueles que não estão afinados com esta construção.

2.2 O masculino no investigativo

O conjunto de hábitos do jornalismo é profundamente imbuído de uma lógica de dominação calcada no gênero. No jornalismo investigativo percebe-se uma supervalorização do masculino e das características atribuídas como naturalmente pertencentes aos homens. Essas características - a objetividade, o distanciamento emocional, e a isenção, por exemplo - obviamente não são exclusivas da constituição masculina, mas são apropriadas pelos homens como sendo presumivelmente naturais de seu fundamento. Notamos isto fortemente no âmbito da imprensa porque são estes os valores maiores do jornalismo (falaremos de forma mais aprofundada sobre a noção de objetividade na próxima seção), no entanto, a lógica da soberania masculina é facilmente identificada na sociedade de maneira geral:

Dominação masculina, em resumo, não é inerente a nenhum conjunto isolado ou mensurável de fatos onipresentes. Parece ser, antes, um aspecto da organização da vida coletiva, uma padronização das expectativas e crenças que produz um desequilíbrio na forma em que as pessoas interpretam, avaliam e respondem às formas particulares de ações femininas e masculinas. (ROSALDO, 2012, p.9)

A antropóloga americana Michelle Rosaldo (2012) coloca que, apesar de não ter sua origem em um fato biológico, o domínio masculino moldou diversas sociedades e estende-se até a época atual como um organizador das esferas sociais. Rosaldo diz que a razão da discrepância se dá especialmente a partir dos lugares que são conferidos às pessoas (e aqui pensamos especialmente aos profissionais) que se “adequam” aos papéis relativos aos gêneros. É a construção social dos corpos “que visa tornar verdadeira – fatídica – a divisão arbitrária que o próprio esquema de pensamento dominante formula” (BUTELLI, 2007, p. 89).

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as naturalizam, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que eles engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos. (BOURDIEU, 1998, p. 16 apud BUTELLI, 2007, p.89).

Esta divisão significa uma consequência do hábito composto por classificar homem e mulher em posições binárias (homem: força, mulher: fragilidade, por exemplo), adjetivos opostos para dar conta de manter a soberania da lógica de dominação. Rosaldo conversa com Bourdieu ao apresentar a dicotomia público *vs* doméstico como a principal armadilha da inferiorização da mulher no âmbito social. A autora coloca que, junto a outros fatores, o acesso à vida política se prova como uma das principais consequências das diferenças de direitos conquistados entre homens e mulheres.

Certamente, parece mais do que razoável afirmar que casamento e reprodução moldam a organização das esferas domésticas relacionando-as a formas institucionais mais públicas de uma maneira que é particularmente conseqüente para a vida das mulheres, especificamente, se mulheres cuidam das crianças e o cuidado das crianças é feito dentro de casa e, ainda por cima, se a vida política, por definição, se estende além da casa, então doméstico / público parece captar, em um conjunto rude porém revelador de termos, os determinantes do lugar secundário das mulheres em todas as sociedades humanas. (ROSALDO, 2012 p. 15)

Por estes privilégios, o lugar historicamente primário do homem é um espaço de muito maior socialização do que o da mulher. A consequência disto é uma desarmonia nas oportunidades de participar da vida pública. Para a antropóloga, a causa desta discrepância está mais como um produto da estrutura de sociedades (mutáveis) do que em nossa formação natural (ROSALDO, 2012). A autora acredita que gênero não é um fato unitário determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas sim um produto complexo de uma variedade de forças sociais, sendo assim menos um produto de nossos corpos do que das nossas formas sociais de modos e pensamento (ROSALDO, 2012). A antropóloga critica o conceito determinista de que as necessidades sociais surgem devido a fatores naturais e nega a crença de que homens e mulheres sejam seres politicamente opostos, que partem de uma dualidade enraizada no cerne genético. No entanto, graças às forças sociais e políticas o ethos vigente continua a se perpetuar como uma forma não necessária, mas universal, de moldar e reproduzir a dominação masculina (ROSALDO, 2012)

Com isto não quero dizer que o homem reine por direito, nem mesmo que ele reine, nem que as mulheres em todos os lugares são vítimas passivas de um mundo definido por homens. Mas, apontaria, isto sim, para uma coleção de fatos relacionados que parecem argumentar que, em todos os grupos humanos conhecidos [...] a vasta maioria de oportunidades para o prestígio e influência pública, a capacidade para forjar relações, determinar inimizades, falar em público, usar ou renunciar ao uso da força, são todas reconhecidas como um privilégio e direito masculino (ROSALDO, 2012, p.8).

No campo comunicacional o domínio se estende. O jornalismo, por ser uma prática da esfera pública (e por isso essencialmente política), reverbera um esquema de pensamento hierárquico historicamente construído como masculino. Esta situação faz com que muitos outros equívocos sejam introjetados no modo operacional do jornalismo.

Veiga (2014) pensa as relações de poder dentro da imprensa e reforça a necessidade de uma incessante reflexão acerca dos papéis de gênero, visto as mudanças qualitativas cada vez mais rápidas desses. Assim como o próprio significado do que é feminino, o conceito de gênero se encontra em constante debate, especialmente devido à existência de programas políticos voltados para a igualdade em países ocidentais - a partir das históricas e ainda vigentes manifestações feministas - como coloca a autora:

O fato é que, mesmo com o conjunto de conquistas alcançadas pelas mulheres, no plano de valores da cultura Ocidental, e da brasileira em especial, o feminino - e não apenas as mulheres - ainda é posto em condição desigual em relação ao que se convencionou como masculino. Relação esta que inclusive demonstra o quanto é masculino pode ser feminizado e, com isso, posto em situação de desigualdade e também de violência em nossa cultura. (VEIGA, 2014, p.83)

Veiga faz uma importante observação ao ressaltar que o feminino é em si mesmo valorizado como uma característica menor, associada sempre ao frágil, ao sensível, ao subordinado. Enquanto aos homens e suas características masculinas confere-se a força, a racionalidade e a liderança. Não é necessário ter nascido mulher para ser discriminada. Os homens - e os jornalistas aqui em especial - que escolhem ir por aspectos interpretativos que remetem às funções ditas femininas também estão em desvantagem.

Em *Masculino: o Gênero do Jornalismo* (2014) Márcia Veiga investiga como as perspectivas de gênero se colocam nas dinâmicas da imprensa. A autora chega à conclusão de que não exatamente é a mulher que é desvalorizada, é na verdade a concepção de feminino

que ganha uma conotação negativa. Refletindo sobre o conceito de gênero, Veiga pensa sobre as intenções por trás do simbólico padrão heteronormativo⁸.

Levando em conta a heteronormatividade, percebe-se que nas relações de gênero e poder "o masculino se constitui como condição primeira, que subordina o feminino em relação hierárquica. Os modos masculinos coincidem com a norma mais geral; recrudescem sua posição reafirmando o feminino como desvio, inadequação, falta. (FRAGA, 2003, p.102 *apud* (VEIGA, 2014, p.55)

A citação acima sugere que, no jornalismo, os homossexuais e as mulheres estão em pé de igualdade no quesito desconsideração. E a heteronormatividade acaba sendo um pilar regimental no exclusivo mundo dos jornalistas investigativos.

2.2.1 O jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigação

Vimos na seção anterior que, no geral, os jornalistas pensam muito bem de si mesmos. Se houver verdade nesta afirmação, podemos inferir que a imagem que o jornalista investigativo tem de si é ainda melhor, mais honrada e merecedora do prestígio social. Com suas matérias de cunho econômico e político, os profissionais - em sua maioria, são jornalistas homens os escolhidos para realizarem essas pautas - usam de marcadores masculinos para dar conta da construção de um jornalismo investigativo. No entanto, o que vem a ser de fato investigativo não é um consenso.

Solano Nascimento, em seu livro *Os Novos Escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil* (2010), descreve a história recente do jornalismo investigativo no Brasil e empreende uma reflexão que se encontra discretamente no título do livro. Ao narrar as várias definições de jornalismo investigativo, Nascimento pensa nas diferenças entre um jornalismo investigativo e um jornalismo sobre investigação. Para o autor, a principal diferença está no esforço do repórter. No primeiro caso, o jornalista descobre a notícia por conta própria, levando os créditos pela prática investigativa de fato, no segundo caso - este obviamente mais fácil de acontecer - o repórter consegue a notícia por meio de fontes, estas oficiais ou não. O autor concorda com a perspectiva do jornalista Bob Greene (WAISBORD, 2000), para quem o jornalismo investigativo pode ser definido como "aquele que produz a

⁸ Heteronormatividade pode ser entendida como a " [...] norma que articula as noções de gênero e sexualidade, estabelecendo como natural certa coerência entre sexo (nasceu macho, nasceu fêmea), gênero (tornou-se homem, tornou-se mulher) e orientação sexual (se é um homem, irá manifestar interesse afetivo e sexual por mulheres, e vice-versa). Esse modelo, binário e dicotômico, é entendido como natural e para muitos parece estar na "ordem das coisas", o que faz com que indivíduos que não se reconheçam nele sejam percebidos como doentes, desviantes, perturbados, transtornados, pecadores etc." (SEFFNER, 2013, p. 150)

descoberta de alguma coisa e resulta do esforço e iniciativa dos repórteres” (apud NASCIMENTO, 2010, p. 15). Essa perspectiva nos faz pensar no jornalismo investigativo produzido hoje. Aparentemente, os trabalhos investigativos de maior destaque encaixam-se na segunda categoria exposta por Nascimento. O que quer dizer que o grande escândalo envolvendo personas políticas denunciado por um prestigioso canal de comunicação não pode ser considerado um trabalho investigativo se a reportagem não partiu de uma investigação. Isto coloca em xeque toda uma construção no jornalismo investigativo. A autoralidade de trabalhos premiados é posta em perspectiva se tomarmos como ponto de vista a separação que Nascimento propõe. Leandro Fortes, no seu livro-manual *Jornalismo Investigativo* (2005), diz que:

Muitas das reportagens vendidas ao público como fruto de jornalismo investigativo — denúncias bombásticas, flagrantes de corrupção, escândalos políticos — não passaram nem perto de uma investigação. Foram entregues prontas ao repórter, como naco compartilhável das estruturas de poder da República que cabem, supostamente por direito, às redações brasileiras. Rendem bons furos, bons prêmios, mas nada têm a ver com jornalismo investigativo. (FORTES, 2005, p. 8-9)

A citação acima pressupõe uma revelação. No jornalismo, muito gato é passado por lebre e nem sempre o que consideramos um trabalho investigativo é resultado de uma investigação.

Aqui fazemos um adendo: em ambas as obras que usamos para embasar o conceito de jornalismo investigativo (FORTES, 2005 e NASCIMENTO, 2010) não é citada a presença feminina no ramo. A ausência é resultado de uma perspectiva sedimentada: o jornalismo investigativo como uma profissão masculina (VEIGA, 2014).

2.2.2 O jornalismo investigativo e a heteronormatividade

A jornalista não está presente nas discussões levantadas nos livros supracitados, apesar de vivermos um momento de reestruturação das empresas de comunicação e hoje, mais do que nunca - devido às já citadas manifestações feministas - ser o momento propício para a reflexão sobre por que não ocupamos esse lugar. Parece que entre a mulher e o objetivo profissional existe um mundo de obstáculos. E o pior deles é o obstáculo do plano simbólico, que coloca todas as mulheres (e homens que não se encaixam na heteronormatividade) como simplesmente insuficientes.

E para um serviço que não cumpre o que se espera - mas o disfarça muito bem - nada mais justo do que um profissional ilusoriamente perfeito para desempenhar o papel. Thales Vilela Lelo, no artigo *A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero* (2018), coloca a homosocialidade⁹ como um - entre tantos outros - empecilhos implícitos praticados pelos homens para se manterem em posição privilegiada.

Em etnografia em programa jornalístico de uma TV pública sueca, Nilsson (2010) ainda assinala outro componente nocivo à integração das mulheres na instituição: a homosocialidade masculina, não assumida pelos homens entrevistados pela autora, mas explícita na inclinação deles em atribuírem as pautas de maior destaque a colegas do mesmo gênero, bem como partilharem contatos e informações exclusivamente entre si. Ademais, as mulheres repórteres eram constantemente julgadas por supostas características intrínsecas à sua “condição feminina” que trariam prejuízos à sua atuação profissional. (LELO, 2018, p.7)

A homosocialidade protege os seus e os projeta como grandes profissionais aptos à prática do jornalismo investigativo. Isso indica mais sobre o poder de persuasão masculino do que sobre a falta de habilidade feminina. A cultura organizacional do jornalismo investigativo coloca sua esperança em um modelo idealizado de homem-profissional que dê conta de um trabalho isento, sem qualquer perspectiva emocional em sua produção, que possua uma moralidade flutuante e nenhum compromisso fora da escala profissional.

Os homens se protegem enquanto as mulheres introjetam aspectos pouco simpáticos para evitar o tensionamento das desigualdades no ambiente profissional. (LELO, 2018, p. 7)

Para Rocha (2007), há “a necessidade da chefe incorporar um estilo masculino para exercer o poder. É preciso masculinizar a função de comando para ser respeitada. A falta de poder, na forma como a mulher é vista, exige dela o uso de mais força para [...] impor-se” (p. 131). Leite (2017), a seu

⁹ Homosocialidade pode ser definida pela relação de natureza não sexual entre pessoas do mesmo sexo, uma espécie de coleguismo baseado no gênero

turno, cita também o caso de editoras que relatavam “comportar-se como homens”, esquivando-se de possíveis críticas ligadas à sua suposta feminilidade intrínseca. Outra prática corrente, explicitada por Nilsson (2010), é o assédio e a rispidez de gestoras com suas subordinadas, evitando assim serem taxadas de feministas ou como “facilitadoras” do trabalho de outras mulheres. Nos termos de Nilsson (2010), “ao serem discretas e se voltarem para os homens (sendo heterossociais), algumas líderes femininas praticam rituais de reparação no intuito de restabelecer a ordem simbólica que haviam rompido” (p. 12). (LELO, 2018, p.8)

A necessidade de “comportar-se como homem” quando se é mulher (ou quando simplesmente não há desejo em comportar-se como um homem) é de uma violência simbólica, que denota entre outras coisas, a inadequação sistemática de um grupo de pessoas classificados como não-pertencentes ao exclusivo hall de poder da imprensa. “A norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (LOURO, 2001, p.9 apud PORTO, FEITOSA, 2017 p. 5).

Os homossexuais também são estigmatizados e postos em lugares de subalternidade na cultura masculinista do jornalismo. No artigo *“Põe a cara no sol, mona”*: a heteronormatividade no exercício da profissão do jornalista gay (PORTO, FEITOSA, 2017) acompanhamos, a partir de uma pesquisa apoiada em entrevistas semi-estruturadas, os relatos de jornalistas gays que expõem o descrédito que sofrem no exercício da profissão. Assim como as mulheres, os homossexuais são vitimados pela exclusão. Porto e Feitosa empreendem uma pesquisa bibliográfica que indicam numericamente o tamanho da disparidade entre o profissional lgbt e o ideal heteronormativo.

[...] Outro estudo realizado pela empresa de consultoria Santo Caos revela que pelo menos 40% dos profissionais LGBTT’s (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) já sofreram discriminação no ambiente de trabalho por causa de suas condições sexuais. Enquanto isso, 13% afirmaram que já tiveram dificuldade para encontrar um emprego pelo mesmo motivo. Além disso, a pesquisa também mostra que 38% das empresas ainda têm restrições para contratação de indivíduos gays. (PORTO, FEITOSA, 2017, p.2)

Os dados indicam que, assim como acontece com as mulheres, os homossexuais também são excluídos da execução de determinadas pautas. No artigo de Porto e Feitosa, percebemos que constrangimentos e censuras fazem parte da rotina da redação. Os autores falam de uma adaptação à política editorial das empresas (isto acontece com absolutamente todos profissionais, faz parte da socialização) mas são entres os profissionais “não-padronizados” que a adaptação parece ser mais restritiva.

O jornalista precisa se adaptar às políticas editoriais da organização e não se opor a ela, isso representa um obstáculo na carreira. Pois, as condutas consideradas apropriadas recebem da sua chefia as recompensas e ajuda na ascensão profissional, as contrárias, recebem sanções. O jornalista adequa-se à política editorial não por existirem normas, mas por um processo de recompensas e sanções, já que quando faz algo que a organização julga certo ele ganha uma recompensa e quando a orientação política não for seguida, ele sofre uma sanção. (PORTO, FEITOSA, 2017, p. 8)

Hierarquizados pela heteronormatividade, os que desviam do padrão acabam com o acesso dificultado nas editorias de maior notoriedade como a do jornalismo investigativo. E em um momento tão delicado quanto o início da carreira, jovens jornalistas se acomodam às políticas da empresa para evitar repressões. “Além de mudanças e cortes no texto do repórter, a disposição da notícia em espaço de menor destaque, não creditar a notícia do repórter são algumas sanções que os jornalistas sofrem no exercício da profissão” (BREED,1993 apud PORTO, FEITOSA, 2017 p. 8). Com o passar do tempo (com competência e alguma sorte), alguns jornalistas conseguem escapar das padronizações e finalmente conquistam uma certa liberdade na expressão de sua visão e de seus valores.

Aqueles jornalistas que conseguem conquistar prestígios em sua trajetória profissional como colunistas ou repórteres especiais, recebendo o estatuto de “estrelas”, ganham autonomia e podem se livrar mais facilmente dos constrangimentos organizacionais, podendo transgredir com mais facilidade a política editorial.(PORTO, FEITOSA, 2017, p. 9).

A “transgressão” pode ser alcançada através da rejeição de um padrão expressivamente masculino presente na política dos canais de comunicação. Quando o próprio veículo não é afeito a alteridade, as jornalistas acham - através do prestígio - fórmulas para reumanizar a notícia e fazer do jornalismo um espaço de reflexão e transformações sociais.

As construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística historicamente participam dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo. [...] Servindo como uma das bases do jornalismo, esta racionalidade delineou as noções de verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos, partindo da negação/interdição da subjetividade nos processos cognitivos e baseando seus métodos e técnicas em estratégias (como a verificação e a prova empírica) típicas do cientificismo moderno (MORAES, VEIGA, 2019, p. 2 apud SILVEIRA, BARBOSA, 2019).

Veiga e Moraes sugerem o uso da subjetividade no texto jornalístico como uma resposta ao padrão heteronormativo que valoriza a objetividade como o maior valor da imprensa. A estratégia reflete acerca da prática da objetividade, prática essa que consta em manuais de redação como garantia que o texto seja assertivo e que cumpra o que se espera de

um jornalismo claro e imparcial. No entanto, devido à necessidade de mudança que atravessa todos os âmbitos da sociedade moderna, o jornalismo também exige uma reflexão em relação à forma mais ética de executar uma prática essencialmente social.

2.3 Objetividade e Subjetividade

Quando pensamos no dueto subjetividade e objetividade logo nos vem à mente uma ideia de oposição. Como se os dois termos fossem usados juntos para indicar um desentendimento, um confronto de significados. No entanto, pensamos que as palavras se encontram mais no sentido de complementaridade do que no de antagonismo, duas faces da mesma moeda interpretativa.

Em cada pessoa (e em cada profissional) coexiste tanto a subjetividade quanto a objetividade. Ser objetivo é necessário, aliás, imprescindível, quando o intuito é se comunicar de forma clara e precisa. A subjetividade apresenta-se como a forma de interpretar e traduzir determinados contextos, levando em conta aspectos menos formais - mas nem por isso menos importantes - de entendimento.

No fundo, todas as lutas giram em torno de uma questão: quem sou eu? Como Foucault afirma, talvez a maior luta da contemporaneidade (e isso não excluiu as demais) seja a da não sujeição da subjetividade. E quando diz isso, Foucault se refere às instituições que moldam e submetem o sujeito, “categorizam o indivíduo”, tornam-no refém de sua própria identidade, “impõe-lhe uma lei de verdade”, que tanto o sujeito como os outros devem reconhecer (1995, p. 235) apud (SANTOS, TEMER, 2016, p. 44)

Na crise de paradigmas que sofre o jornalismo, crise essa que se encontra no conflito entre a forma clássica e a emergente de imprensa, a questão da subjetividade se apresenta como um dos principais problemas da modernidade, como colocam Santos e Temer (2016). Alguns defensores do jornalismo tradicional rechaçam a ideia de uma subjetividade textual e a imprensa regular continua valorizando a objetividade como a única forma possível de se fazer jornalismo. Sob esta lógica, estão calcados também os conceitos de neutralidade e de isenção, crenças fortemente fundamentadas como intrínsecas à uma boa conduta profissional.

O uso da subjetividade, por sua vez, sugere o reconhecimento de que o jornalista é também sujeito social, e que a interpretação de um fato não pode ser excluída da perspectiva do narrador, “que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo” (HARAWAY, 1995, p. 14 *apud* GUZMÁN, 2019, p.149)

Juliana Guzmán, no artigo *Por um jornalismo transformativo: dinâmicas do reconhecimento em Presos que menstruam* (2019), investiga o uso de uma subjetividade desinibida no livro-reportagem *Presos que Menstruam* de Nana Queiroz publicado em 2015. A autora, também a partir de Veiga em *Masculino, o gênero do jornalismo* (2014), analisa a obra de Queiroz e pensa que este tipo de reportagem pode ajudar na construção de um conhecimento narrativo (GUSMÁN, 2019, p.140). Ao discutir a perspectiva feminista na imprensa, a autora colabora com o fortalecimento teórico da óptica disruptiva do jornalismo discutida anteriormente. (SANTOS, TEMER, 2016; SANTOS, 2018; MORAES, 2015; VEIGA, 2014; MEDINA, 2018).

A perspectiva feminista – contrapondo-se à produção de conhecimento masculinista pretensamente universal, neutra e imparcial – abre mão de uma objetividade transcendente, de uma história que tenta apagar os “rastros de suas mediações”. Distanciando-se dos preceitos que o jornalismo tradicional, assim como a ciência, acionam em sua prática, por meio de uma posição “não situada” e impessoal, a perspectiva feminista pode sugerir, para o campo jornalístico, que a única forma de atingirmos uma visão objetiva do mundo é por meio de uma perspectiva parcial.

Desta forma, Haraway – assim como outras autoras que se debruçaram sobre o tema – intercede a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade ancorada na desconstrução, na contestação e nas transformações dos sistemas de conhecimento dominantes. Opera, inclusive, uma noção de “objetividade fortalecida”, capaz de estimular práticas científicas e política voltadas para a interpretação, para a tradução, para o “gaguejar” e o “parcialmente compreendido”. **Nesta visada, a subjetividade não se torna um valor incompatível com a objetividade, mas sua própria condição de existência.** (GUSMÁN, 2019, p.149, grifos nossos)

O exemplo que Guzmán usa é um raro caso de total desprendimento da repórter com os valores pré-estabelecidos da cultura jornalística. Queiroz em sua prática litero-investigativa não se exime ou tenta suavizar sua participação. A repórter, inclusive, faz uso da primeira pessoa para exprimir-se. Em *Presos que Menstruam*, Guzmán empreende uma cativante defesa ao subjetivo no jornalismo. Para a autora - e aqui concordamos integralmente com ela - a subjetividade pode vir a ser um exercício propenso à alteridade na prática noticiosa, uma forma de humanizar o que, antes de qualquer dica, já deveria ser humanizado.

Ao admitir sua parcialidade, narrativas de objetividade perspectivada compreendem que algo sempre escapa às tentativas de representação. As figurações do outro não precisam – e não devem – almejar circunscrevê-lo em sua completude. **Todo ato representacional será, sempre, insuficiente e reconhecer essa insuficiência pode tornar os relatos menos violentos, porque menos totalitários** (GUSMÁN, 2019, p.149 grifos nossos).

Reportagens como a de Nana Queiroz viabilizam a integralidade da narrativa. A partir de um tema tão delicado quanto a vida de detentas e ex-detentas, o olhar metucioso da autora coloca em perspectiva aspectos que provavelmente não apareceriam em um jornalismo feito nos moldes tradicionais.

Indagamos, portanto, se determinados enquadramentos, como o proposto por Queiroz, podem se tornar locais de rupturas politicamente significativas no campo do simbólico, mais afeitas à alteridade e à diversidade da vida social. Objetivamos pensar sobre como representações que se colocam como construtos, como pontos de vistas sobre o real, podem oferecer imagens menos agressivas a determinados grupos, usualmente estereotipados, uma vez que evitam fixar significações sobre eles. Falamos de uma narrativa que aceita e evidencia o desafio que o outro, que não lhe é completamente acessível, representa. (GUSMÁN, 2019, p.151)

Nesse propósito, a objetividade está colocada como um princípio para a subjetividade, um degrau para o alcance da totalidade máxima da situação. Falamos de “máxima” porque nunca será possível relatar cabalmente um fato. Assim como não é possível sair o mesmo ou a mesma de uma experiência transformadora.

Em *Radical Media Ethics* (2015) o acadêmico Stephen J. A. Ward defende o conceito de ética radical da mídia. Para o autor, a lógica atual é restritiva e não engloba empreendimentos jornalísticos exteriores às redações convencionais (apud CHRISTOFOLLETI, 2018). Daí a necessidade de uma mudança de paradigma disruptiva, de uma alteração das certezas em prol do melhor funcionamento da imprensa, e, por consequência, melhor funcionamento da humanidade. O autor identifica pontos de apoio que ajudaram a fixar a deontologia¹⁰ do jornalismo. São eles: dualismo, imparcialidade, patriotismo e esfera pública (CHRISTOFOLLETI, 2018). Para Ward, a reinterpretação dessas lógicas já são há muito uma urgente necessidade que emerge da imprensa global. O autor defende a pluralidade no lugar do dualismo para dar conta da complexidade do mundo. Ao renunciar o binarismo proposto pela objetividade jornalística, a mídia colabora para uma visão mais completa do objeto noticioso. Um exercício de ética proposto por Ward com o intuito de renovar a produção midiática.

Romper com a ética jornalística tradicional é, segundo Ward, afrontar uma ou mais ideologias dominantes na área, o que significa desconstruir e reconstruir a partir de escombros. Nem sempre a disruptão é necessária, ele reconhece, mas a contemporaneidade está recheada de razões que estimulam a desafiar nossas certezas. Se antes as redações se preocupavam com manipulação, independência, confidencialidade e verificação, agora, outros

¹⁰ A deontologia pode ser entendida como um tratado moral e ético. É na deontologia que se encontram as regras de conduta do profissional, o código de ética que está presente em cada profissão.

dilemas se apresentam, como os relacionados às questões identitárias, ao engajamento das comunidades, ao impacto global, às notícias falsas, à amplificação do ódio e de vozes intolerantes (CHRISTOFOLLETI, 2018, p. 146).

Para Ward, enquanto jornalista, afastar-se da responsabilidade não é uma opção.¹¹ O autor defende o engajamento social ao invés do auto-imposto distanciamento da classe jornalística. “Assim, jornalistas podem assumir funções de ativistas quando atuam ‘democraticamente engajados’ para advogar pela igualdade e o florescimento de seus públicos” (CHRISTOFOLLETI, 2018, p. 146). O jornalista “democraticamente engajado” é um agente, junto a sociedade civil, que atua em prol das minorias, para o desmantelamento das desigualdades e o alcance da justiça nas situações.

Percebe-se que, para o especialista em ética, o jornalismo é uma espécie de projeto-conjunto de todo planeta, daí a perspectiva holística defendida pelo autor:

Ward defende que o primeiro passo para romper com a ética jornalística tradicional é confrontar o modelo profissional objetivista, propondo esquemas alternativos. Isso significa renunciar ao binarismo que embasa o relato neutro dos fatos para adotar um holismo pragmático, capaz de considerar também as experiências e vivências do narrador, e sua agência na sociedade (CHRISTOFOLLETI, 2018, p. 146).

Ward pensa na relação imbricada entre o jornalismo e a democracia. A perspectiva subjetiva aparece nesse contexto não como uma sublimação da verdade ou da objetividade no jornalismo, mas como um caminho para a complexificação do argumento com o fim de promover o senso de responsabilidade dos leitores. Rogério Christofolletti, autor do livro *Ética no Jornalismo* (2008), diz no artigo em que discute as ideias de Ward, *Uma proposta de reforma para a ética jornalística* (2018), que o pensamento do autor é um incentivo, não um atestado de óbito ao jornalismo. “O futuro da ética jornalística depende de pensadores criativos que se disponham a colocar à prova suas propostas e apostas” (CHRISTOFOLLETI, 2018, p. 147). Nada mais preciso em uma época como a nossa, em que a imprensa tem um papel central nos arranjos sociais e - mesmo assim - é constantemente atacada pelos órgãos do governo como uma inimiga¹². É comum em governos autoritários ou semi-autoritários que o jornalismo seja demonizado e descredibilizado. Só no ano passado (2019) o presidente da

¹¹ Como visto em:

<https://www.dn.pt/lusa/investigador-da-etica-nos-media-defende-reconstrucao-radical-da-pratica-jornalistica-8863818.html> Acesso em: 09 de Set. de 2020.

¹² Cabe aqui acrescentar que essa mesma imprensa, servindo-se da “isenção jornalística”, também foi responsável por eleger um governo de extrema-direita. A negativa pela interpretação subjetiva colaborou com a naturalização da figura de Jair Bolsonaro e seu discurso criminoso.

república Jair Bolsonaro foi responsável por 121 injúrias à imprensa, sendo sete agressões diretamente a jornalistas e 114 à imprensa em geral. (SEABRA, 2020, p.85)¹³

Nesse contexto áspero, o posicionamento do jornalista-agente social é imprescindível para a manutenção do raciocínio democrático, este rudemente atacado nos últimos anos por fake news e pela descredibilização efetiva e sistemática de veículos que não corroboram com os ideais do governo vigente. Mais do que nunca a imprensa percebe a necessidade de se colocar como um contra-poder, levando a cabo toda objetividade, subjetividade e qualquer outra nuance que permita uma “tradução” mais justa da sociedade.

¹³ Dados segundo a Federação Nacional de Jornalistas, FENAJ.

2.4 O investigativo e o literário

No contexto editorial do jornalismo existe um gênero que, na perspectiva dos profissionais, do mercado e mesmo do público, abarca a objetividade, a subjetividade, a investigação e a escrita literária. Esses são os livros-reportagens.

No Brasil, há uma extensa tradição de repórteres-autores que mesclam entre a prática jornalística e a literatura, boas histórias investigativas. Cada livro-reportagem evidencia o talento para escrita do repórter, fazendo dessa categoria um campo de especificidades próprias e experimentações.

Para o jornalista e professor universitário Edvaldo Pereira Lima, autor do livro *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura* (2008), o livro-reportagem pode ser definido como: “veículo de comunicação impressa não periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (LIMA, 2009, p. 26 apud CATALÃO JR, 2010, p. 8). Nesse contexto, o livro-reportagem se apresenta como uma ampliação da reportagem cotidiana, realizando um aprofundamento de temas que subverte os empecilhos da redação regular (tempo, dinheiro, espaço...)

O livro-reportagem é definido como um gênero do discurso - um tipo relativamente estável de enunciado, elaborado em um campo específico da comunicação discursiva, o jornalístico; seus enunciados típicos são produzidos mediante trabalhos de reportagem e materializados e difundidos em livro; seu autor típico é um jornalista, cuja enunciação tem como destinatário um público leitor potencialmente numeroso, difuso, heterogêneo e não-especializado.”(CATALÃO JR, 2010, p. 8)

Esse tipo de publicação teve início no país na década de 1970 e foi chamada inicialmente de romance-reportagem (PEREIRA, 2006, p.1). No entanto, essa tipificação denota uma pequena confusão com romances policiais que, de fato, passam pelo tema da investigação noticiosa, mas são obras ficcionais escritas com o intuito de entreter e não informar.

Beatriz Marocco, que estuda o tema desde 2010, escreveu com Márcia Veiga em 2018 o artigo *O feminino no “livro de repórter”*. As autoras destacam a resistência de um ‘repórter-autor’ e pensam a categoria como um exercício de crítica à prática jornalística (MAROCCO; VEIGA, 2018, p.37).

Pode-se argumentar que os livros de repórter apresentam o exercício do jornalismo de outro modo e que são importantes para a constituição de um saber das práticas jornalísticas, que, ao romper com os modos de objetivação jornalística, resgatando a subjetividade, ampliando as vozes que compõem uma polifonia de fontes e possibilitando uma reflexividade sobre a prática, rompe com a hierarquia masculinista e positivista, fazendo emergir uma epistemologia mais afeita à diferença do que à totalização. Ou seja, ao ampliar as lentes e as escutas pelas quais a realidade e os sujeitos são observados, levando em consideração a subjetividade nos processos cognitivos envolvidos, potencializa um maior exercício de alteridade na prática jornalística. Aqueles considerados outros não são enquadrados e narrados, por parte dos repórteres-autores, na lógica binária e maniqueísta do “bem e do mal”, que via de regra transforma a diferença em desigualdades a partir dos padrões normalizadores da sociedade, e que servem como parâmetro na leitura da realidade a partir dos valores objetivos-subjetivos do jornalismo e dos jornalistas. (MAROCCO; VEIGA, 2018, p.37)

A autorialidade que as autoras destacam é um caminho para uma propícia desobediência das ordens estabelecidas do jornalismo. O livro reportagem como *mídia específica* (CATALÃO JR, 2010, p. 11) permite que sejam expostos aspectos subjetivos da reportagem que buscam promover um debate complexificado das questões humanas.

Lima separa os livro-reportagens em dois tipos: o primeiro é categorizado por aqueles que derivam de uma grande reportagem - ou uma série de reportagens - já veiculada na mídia impressa (jornal, revista, etc). O segundo tipo seria o livro-reportagem que desde o início é pensado e preparado para a publicação em formato de livro. No segundo exemplo, a reportagem já pensada para publicação em livro encontra-se ao mesmo tempo na posição de objeto e veículo. O meio é a mensagem.

No caso do livro reportagem a subjetividade não precisa ser necessariamente "dosada". A autorialidade do jornalista fica em evidência a partir dos rompimentos de estratégias comuns de distanciamento da profissão.

Um dos caminhos viáveis reside no acompanhamento das etapas de elaboração da reportagem – pauta, redação, captação e edição –, evidenciando as limitações da imprensa regular. Pois são exatamente essas limitações, ou as inadequações do jornalismo periódico, os fatores que abrem espaço para o livro, do qual a primeira marca característica, muitas vezes, é a liberdade do autor, permitindo ao jornalista fugir aos ditames convencionais que restringem sua tarefa de construtor de mensagens na imprensa cotidiana (LIMA, 2009, p. 63 apud CATALÃO JR, 2010, p. 11).

Lima defende que o livro reportagem seja orientado pelo princípio do *jornalismo literário*, mas faz uma alerta quanto à atualidade do termo, segundo o autor, para o próprio bem do jornalismo - e também para o bem do gênero humano - a reflexão constante e a permissão de mudança são essenciais.

Na minha visão, a tradição do jornalismo literário traz suficiente e sólida bagagem, no tocante à tecnologia narrativa, para a continuidade de seu trabalho como canal de expressão do real, neste século. Quanto aos paradigmas que alicerçam sua visão da realidade, porém, creio que há necessidade de uma atualização, para acompanhar as extraordinárias novas perspectivas de compreensão que campos avançados das ciências estão produzindo. Ao mesmo tempo, há uma necessidade urgente da espécie humana ampliar sua consciência – seu entendimento de si mesma e de tudo que envolve a vida –, abandonando o patamar vigente de pensamento simples, linear, arraigado à base de nossa cultura, para alçar vôo em direção ao nível orgânico, muito mais coerente e essencial do pensamento complexo. (LIMA, 2009, p. 436 apud CATALÃO JR, 2010, p. 11)

Esta categoria, para muitos derivada essencialmente do *new journalism* americano, mas vistas em produções brasileiras nos anos 30 e 40 (Nelson Rodrigues é um exemplo de repórter deste momento), pressupõe entre outras coisas a capacidade da escrita. O jornalismo literário é o que melhor cabe no formato de livro porque segundo o autor, o texto fluido e bem conduzido transcende qualquer periodicidade.

Assim como o livro-reportagem estende as funções do jornalismo e da literatura, tese central desta obra, o jornalismo literário cresce, supera o caráter perecível do texto jornalístico tradicional, transcende o tempo, chega a um público diferenciado e conquista um status cultural de maior prestígio quando se apresenta em forma de livro. (LIMA, 2009, p. 352 apud CATALÃO JR, 2010, p.23)

De fato, muitos dos livros-reportagens que vemos hoje são geridos por este estilo. Inclusive aqueles que partem de uma investigação noticiosa. O hibridismo permitido pelo formato oportuniza uma conciliação. O objetivismo precedente do jornalismo investigativo encontra-se com subjetividade característica - e até louvada - do jornalismo literário.

Em *O Holocausto Brasileiro* (2013) a jornalista mineira Daniela Arbex empreende uma profunda investigação sobre a barbárie que aconteceu anos atrás em Barbacena-MG. No Hospital Colônia, uma instituição psiquiátrica que nada tinha de terapêutica, 70% dos pacientes não tinham diagnóstico de doenças mentais, “eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder” (ARBEX, 2013, p. 14). O hospital funcionava como um depósito humano, para onde eram levadas as minorias que a sociedade brasileira pretendia eliminar no século 20.

Sem documentos, muitos pacientes do Colônia eram rebatizadas pelos funcionários. Perdiam o nome de nascimento, sua história original e sua referência, como se tivessem aparecido no mundo sem alguém que as parisse. Outros recebiam a alcunha “Ignorado de Tal”. Muitas ignoradas eram filhas de fazendeiros as quais haviam perdido a virgindade ou adotavam comportamento inadequado para um Brasil, à época, dominado por coronéis e latifundiários. (ARBEX, 2013, p. 30)

Entre as décadas de 1930 e 1980 foram mortas 60 mil pessoas - homens, mulheres e crianças a quem Arbex dedica o livro. Vítimas de maus tratos, os pacientes chegavam sem nome e sem documentos, trazidos pela polícia ou por um trem que ficou conhecido como *trem dos loucos*. Sofriam eletrochoques, tantos que chegavam a derrubar a energia do município, padeciam na podridão insalubre que era o lugar. No auge da violência contavam-se 16 mortes por dia, onde um nefasto negócio de venda de cadáveres se formou. Quando às universidades - as principais compradoras dos corpos - pararam de demandar os despojos, os cadáveres eram decompostos na frente dos pacientes-prisioneiros.

O terrível ambiente de genocídio foi examinado anos depois pela jornalista durante a série de reportagens para o jornal *Tribuna de Minas* em 2012. A série recebeu o prêmio Esso daquele ano e resultou no livro publicado em 2013. A história também viraria um documentário em 2016 roteirizado e dirigido por Daniela Arbex e produzido pela HBO.

O livro de Arbex é um exemplo cabal do hibridismo entre o literário e o investigativo, a obra revela-se uma amostra da potencialidade narrativa do jornalismo. Se bem apurada, e mais que isso, se bem interpretada, a prática do jornalismo se converge em um documento a favor da memória histórica de um país. Da mesma forma que *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha - um dos primeiros e mais emblemáticos registros de jornalismo literário que temos notícia - histórias como a do manicômio de Barbacena entram para a castigada herança nacional. E se não for possível fazer justiça pelas centenas de vidas vítimas da tragédia, ao menos se produz memória.

O investigativo de Arbex é gentil, altruísta. Procura revelar em *Holocausto Brasileiro* (2013) a humanidade que converge de centenas, milhares de personalidades jogadas a próprias sorte. O jornalismo de Daniela Arbex suscita alguma dignidade a lembranças dessas vítimas. A autora-jornalista é feliz na missão de publicizar uma densa investigação dentro de um texto fluido, leve - na medida do possível - e acessível. Graças a seu talento para a escrita, sua obra é lembrada como jornalismo literário mas abarca bem mais que isso. A investigação objetiva, dura, é também o trampolim de onde se eleva a subjetividade da narrativa. O cuidado com o outro, tão importante quanto qualquer outra premissa do jornalismo.

Assim como o marco do novo jornalismo *A Sangue Frio* (1996), obra do americano Truman Capote, *Holocausto Brasileiro* transita bem entre o investigativo e o literário. E também como o feito de Capote, o livro de Arbex tem o privilégio de ser reconhecido tanto em um como em outro aspecto.

Ao categorizar o trabalho jornalístico - e aqui falamos especialmente o jornalismo feito por mulheres - como apenas literário, aspectos muito importantes são deixados de lado. O investigativo, sempre pensando como algo mais próximo às qualidades “masculinas”, fica sublimado pela percepção que acarreta o termo literário. Pensamos que nenhuma dessas definições carregam um sentido de valor maior do que a outra, no entanto, o sentido arbitrário do pensamento corrente valoriza mais o concreto ao abstrato. Daí o equívoco em colocar como jornalismo literário um trabalho extremamente pautado pela veia investigativa (feito por jornalistas mulheres) e como investigativo um trabalho sobre investigação¹⁴ feito por jornalistas homens.

Certas dificuldades advindas do gênero se tornam um problema para as mulheres que buscam espaço no jornalismo investigativo. No próximo capítulo traçaremos um histórico da presença da mulher no jornalismo investigativo e pensaremos nas estratégias usadas por estas mulheres para terem seu trabalho validado e reconhecido.

¹⁴ Como visto na seção 2.2 *O masculino no investigativo* no tópico *O jornalismo investigativo e o jornalismo sobre investigação*.

3 JORNALISMO E GÊNERO

3.1 Mulheres na investigação: A conquista pelo espaço

Durante a última década do século 19, especialmente pós Guerra Civil dos Estados Unidos (1861-1865) o mercado de trabalho abriu-se lentamente para a participação feminina (QUEIROZ, 2013, p. 3). A imprensa se tornou um campo fértil para a atuação das mulheres, por ser uma profissão intelectualmente estimulante e relativamente estável para as americanas do final do século. No livro *Front-page girls: women journalists in American culture and fiction*, de Jean Marie Lutes (2006), a autora cita que o número de jornalistas mulheres mais que dobrou entre 1880 e 1900 (LUTES, 2006, p. 9).

Com isto, as mulheres que queriam fugir das pautas indicadas a sua “categoria”, precisaram inovar. No artigo *O corpo é a mensagem – Jornalistas mulheres e o stunt reporting no final do século XIX*, Natália Costa Queiroz aponta o surgimento das *Stunt Girls*, repórteres que usaram o corpo como uma ferramenta para o trabalho. Isso significa uso de artifícios como disfarces, identidades falsas e coberturas secretas. Elizabeth Jane Cochran, sob o pseudônimo de Nellie Bly, foi o grande nome deste período. Nellie trabalhou no jornal que pertencia a Joseph Pulitzer, o *The New York World*, entre os anos de 1887 a 1896. Em 1887 Nellie lança *Ten days in a madhouse*, reportagem publicada primeiramente em artigos para o jornal e editada em livro no mesmo ano. *Ten days in a madhouse* (1887) é um grande exemplo do papel de uma *stunt girl*: Nellie Bly disfarçou-se por dez dias em um manicômio, o *Women's Lunatic Asylum*, fingindo-se louca para denunciar abusos da instituição. Assim como *Hiroshima* (2002) é um marco no jornalismo investigativo, consideramos o trabalho de Nellie Bly tão importante quanto a obra de John Hersey para a estrutura medular do jornalismo. As *stunt girls* reforçaram o imaginário de um jornalismo heróico e comprometido com a notícia.

Como um híbrido de “soft news” emocionante e “hard news” forte, o stunt reporting possibilitou às jornalistas mulheres uma maneira de lucrar com a atenção tão frequentemente focada em seus corpos. Atuando, na prática, como as heroínas sensacionais de suas próprias matérias, elas redefiniram a reportagem e usaram seus corpos não apenas como um meio de adquirir a notícia, mas como a própria fonte dela. (LUTES, 2006, p. 14 apud QUEIROZ, 2013, p. 65).

O *stunt reporting* era no final das contas uma forma de lutar contra a desvalorização. Para as repórteres, a investigação performática era uma porta de entrada para a grande visibilidade, uma maneira de conquistar a matéria de capa, lugar de prestígio das publicações

comumente dada a repórteres do sexo masculino. “Para driblar preconceitos e conquistar espaço nas redações, as mulheres usaram pseudônimos e inovaram na reportagem.” (SANTOS, TEMER, 2016, p. 38).

Embora os repórteres do sexo masculino utilizassem ocasionalmente o stunt [...], eles não eram definidos por esses stunts da maneira como as repórteres do sexo feminino o eram. Para os homens, o jornalismo participativo era uma escolha; para as mulheres, era um dos poucos caminhos para sair das páginas de mulheres. (LUTES, 2006, p. 2 apud QUEIROZ, 2013, p. 65)

No artigo *Lugar de mulher é na redação. O jornalismo performático e o destaque alcançado por repórteres mulheres*, publicado em 2013 pela já citada pesquisadora Natália Costa Queiroz, a autora cita a questão central do nosso trabalho: a credibilidade do trabalho jornalístico feito por mulheres.

[...] Além disso, Jean Marie Lutes argumenta que o trabalho das mulheres nos jornais, no final do século XIX, foi menosprezado porque ia de encontro ao ideal de objetividade que foi se tornando mais claro no início do século XX. Com a profissionalização do jornalismo veio um novo compromisso com a objetividade que privilegiava um estilo imparcial de reportagem, o qual estava em desacordo com o *modus operandi* dos jornais sensacionalistas, mais propensos a contratar repórteres do sexo feminino. (LUTES, 2006, p. 4 apud QUEIROZ, 2013, p. 9)

Sabe-se que o conceito de imparcialidade na imprensa foi amplamente difundido como a forma correta de fazer jornalismo. Graças a pesquisas recentes e alguma reflexão por parte dos profissionais, a imparcialidade tem sido repensada.

No jornalismo investigativo é especialmente importante o claro posicionamento do jornalista, tão importante quanto a consciência de que esse posicionamento é na verdade um ganho de valor para o trabalho final. Afinal de contas, o objeto “investigado” em questão é, a princípio, desconhecido do grande público, o que faz com que a interpretação complexa do autor seja além de desejada, essencial.

No caso das jornalistas mulheres, que, como vimos, apresentam uma presença pessoal maior na matéria, o jornalismo investigativo poderia vir a calhar como uma categoria de, digamos, fácil inserção. Não fossem as dificuldades apresentadas pelas mulheres em todos os níveis da imprensa, o jornalismo investigativo poderia ser ainda mais feminizado¹⁵.

[...] o machismo ainda é uma realidade, em alguns casos as profissionais são oprimidas ao serem questionadas sobre, por exemplo, o seu método de

¹⁵A feminização da profissão sugere a inserção numérica das mulheres no jornalismo. Aqui utilizamos o termo com base nos escritos de Santos (2014) e Rocha e Santos (2015, 2016), no entanto, o processo de feminização especificamente no jornalismo é discutido por uma série de outras autoras, a exemplo de, Leite (2017) e Rocha e Dancosky (2016).

apuração. Nesse caso são postas em evidência as questões de gênero, o que não aconteceria se fosse um homem. [...] Trata-se de comportamento enraizado nas relações de poder entre gêneros, a dificuldade de se quebrar os vínculos historicamente estabelecidos, como explicado por Foucault (1979). (FERRARI, 2016, p. 210).

Com *vínculos estabelecidos* pensamos em dinâmicas de poder que ultrapassam o jornalismo. O questionamento de, por exemplo, se é correta a forma de uma profissional mulher apurar uma reportagem denota uma descrença na consistência do trabalho jornalístico feito pela profissional.

Para a designação de reportagens mais factuais, que requerem agilidade e coberturas mais complexas, há certo comedimento por parte das chefias. A maioria das entrevistadas percebe isso “se você vai fazer uma matéria de denúncia, é comum ser subjugada (...) O que os homens fazem? (...) Primeiro, mulher não é capaz de colher informações (...) A mulher não teria essa ousadia”. (SANTOS; TEMER, 2016, p. 52).

Não são poucos os relatos de desnivelamento nas redações em função do gênero. Em *Masculino: o Gênero do Jornalismo* (2014) Márcia Veiga investiga a rotina de uma redação de TV e constata que mesmo em cargos de chefia, as mulheres sofrem preconceitos relacionados ao fato de serem mulheres. Veiga aponta comportamentos de desdém por parte dos membros da redação em relação a ordens e sugestões femininas. No diário de campo de sua pesquisa, a autora nos mostra o quanto é difícil manter-se em um cargo de chefia sendo mulher. Acompanhamos o depoimento de Kátia (nome-fictício) que atuava como editora-chefe interina no programa para ilustrar a situação.

Termino a reunião de pauta e peço para falar com Kátia. Pergunto se em outra ocasião ela toparia me dar uma entrevista, porque gostaria de saber um pouco mais da história dela na empresa, no programa, mudanças e sobre o papel de chefe. Digo que às vezes a percebo desconfortável. Pergunto se **ela sente que há diferença por ser mulher. Ela diz que sim, inclusive no salário.** Diz que não pode provar, mas acredita que **as mulheres ganham menos do que os homens na empresa.** Kátia me diz que **há uma cultura no Brasil e na empresa de valorizarem quem é autoritário** e que ela não consegue ser. Diz que **já pensou em se violentar e fazer isso (ser autoritária),** mas não consegue. Diz que **a posição que está é muito complicada porque cada um espera dela e olha pra ela como alguma função que não de chefe: ou como mãe, ou como parceira, como alguém para transar.** [...] Me diz que **sente o machismo.** Fala que há muitas diferenças, que **sente diferenciação de classe,** e diz que o lugar onde se estaciona o carro é também um elemento de diferenciação. Fala da diferença salarial, e diz que só **ganha bem quem é chefe,** e que ela nessa substituição não recebe mais por isso (DC 22, 06/04/09). (VEIGA, 2014, p. 176, grifo nosso).

Este comportamento é um retrato da presença da mulher no jornalismo de forma geral, mas agrava-se quando falamos de jornalismo investigativo. Pelo prestígio conferido a

categoria, a mulher jornalista precisa estar atenta não somente às dinâmicas que exigem a reportagem investigativa, mas também em como lidar com as práticas dos próprios colegas de redação. Visto que essa convivência permite ou não a inserção de jornalistas mulheres em seus lugares de interesse.

Lembramos das *stunt girls* ao perceber no discurso de Kátia uma tentativa de suprimir sua personalidade em função de uma outra, essa mais integrada com o que é comumente esperado pela sociedade. Apesar de décadas de afastamento e contextos absolutamente diferentes, as *stunt girls* que disfarçadas cobriam guerras e Kátia, uma mulher em conflito tentando exercer seu papel de líder, têm mais em comum do que gostariam.

Um bom indicador sobre as questões de gênero no jornalismo investigativo é o número de cadeiras ocupadas por mulheres na Abraji, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo fundada em 2002. Na gestão 2014-2015 a chapa eleita pelos membros da associação contava com 14 profissionais do jornalismo, sendo apenas 4 deles mulheres.

Dos 29 profissionais envolvidos na gestão 2020-2021, 13 são mulheres. O que denota um certo nivelamento se comparado aos anos anteriores. Na diretoria da associação os números são mais animadores, dos 11 diretores, 6 deles são mulheres. No entanto, na gestão 2020-2021 Marcelo Moreira, editor-chefe de Projetos Especiais na TV Globo e um dos fundadores da Abraji, atua no conselho curador e é o único membro negro a figurar na lista de pessoal.

Indissociada da questão de gênero, a raça também é um empecilho para as mulheres conquistarem seus lugares na imprensa. No próprio site da Abraji em uma notícia publicada em Março de 2019 sobre o lançamento da pesquisa *“Mulheres jornalistas e liberdade de expressão - Discriminação e violência de gênero contra jornalistas no exercício da profissão”*, realizada pela Relatoria Especial para Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) encontramos um importante trecho sobre a questão racial levantada na pesquisa:

A CIDH pontua no relatório que, no Brasil, o racismo agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas por jornalistas. De 500 mulheres entrevistadas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) em levantamento citado pela relatoria, 86% afirmaram que jornalistas negras têm menos chance de serem promovidas em meios de comunicação tradicionais. Das entrevistas para o levantamento “Mulheres no jornalismo”, 94,5% disseram haver mais pessoas brancas do que negras nos veículos em que trabalham. O percentual sobe para 95,6% em cargos de liderança. Para Menezes, a desigualdade racial no jornalismo é reflexo da falta de acesso dos

negros à universidade, o que caracteriza um “problema ainda mais complexo”. (ABRAJI, 2019).¹⁶

Considerando esse cenário, procuramos pensar em empresas, coletivos e ongs que retiram-se do lugar comum. No Brasil, temos o exemplo da Agência Pública, fundada em 2011 por repórteres mulheres. A diretoria é composta por Marina Amaral, Natalia Viana, Andrea Dip, Marina Dias e Thiago Domenici. A agência é especializada em jornalismo investigativo e funciona por meio de financiamento coletivo, doações filantrópicas e *crowdfunding*, e é uma referência quando se pensa em jornalismo contemporâneo com independência editorial. As pautas da Agência são de interesse público, especialmente direitos humanos e investigação de contas públicas. Nos chama atenção a posição contestadora da Agência Pública: por ser uma ONG e não precisar submeter-se às demandas do mercado, a Pública aparece como um veículo de jornalismo autônomo que valoriza a liberdade editorial.

[...] percebe-se que, ao descrever o espaço-tempo em que se encontra em "Os boias-frias do futebol", a reportagem de Pública assinala sua postura em se colocar na contramão da pauta costumeira. A autorreferencialidade é usada como um amplificador de sentidos do texto e sugere, nesse caso, a postura identitária de Pública como contestadora do agendamento jornalístico. (CORAÇÃO; MARTINS, 2005, p. 153)

No site existe uma seção chamada *Republique*, em que qualquer veículo pode republicar o conteúdo da Pública desde que creditem corretamente. “As variadas impressões sobre a noção de interesse público colocam o jornalismo praticado em Pública em uma desenvoltura dialética a respeito da transmissão do conhecimento.” (CORAÇÃO; MARTINS, 2005, p. 151). Apesar de pouco tempo de existência a agência é bastante premiada, são ao todo 48 prêmios, entre eles o Troféu Mulher Imprensa. A redação da Agência Pública é essencialmente feminina. Na foto da seção *Quem Somos* no site da Agência encontramos uma equipe diversa, são 8 homens para 15 mulheres. O número é um alívio, visto que 64% dos jornalistas atuantes são mulheres (SANTOS; ROCHA, 2015) o fato de existir um lugar como a Pública, com sua trajetória de sucesso e lideranças femininas é uma verdadeira inspiração, uma vitória da insistência da mulher jornalista.

O espectro editorial da Pública pode ser explicado em partes pela questão de gênero. As escolhas discursivas da Agência passam por um exercício de alteridade, levando em conta as demandas humanas dentro da notícia e admitindo o fato como uma escolha. Na Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, a Pública decidiu por não corroborar com as zilhões de outras matérias que enaltecem o evento e os jogadores de futebol. Decidiram pela

¹⁶ Como visto em: <<http://congresso.abraji.org.br/noticias/risco-duplo-ser-mulher-e-jornalista>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

“evidenciação do lado obscuro do agendamento.” (CORAÇÃO; MARTINS, 2005, p. 152). Produzindo um especial chamado *Copa Pública*, que conta com reportagens do tipo *Copa sem Casa* (23 de Julho de 2014) sobre os moradores que tiveram suas casas demolidas pelo governo em prol de estádios para a festa, e o ensaio *O Brasil que não vai ver a copa* (26 de Junho de 2014), foto-reportagem que conta a história dos brasileiros que em 2014 surpreendentemente ainda não contavam com energia elétrica em suas casas.

Percebemos na agência um exercício do jornalista, que além de um ser profissional também reflete como um cidadão. É a prática de um jornalismo personificado, menos institucional e mais humano.

O papel do jornalista no processo de criação das notícias, e concomitantemente, na construção de realidades é, portanto, fundamental para a compreensão dos valores circulantes em uma sociedade e, mais do que isso, permeia a formação de uma normatividade. O que “significa” o real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como “verdade” nos meios de comunicação. (VEIGA, 2014, p. 69)

Veiga aponta que essa “construção de realidades”, ou seja, o direcionamento editorial da publicação, está diretamente ligada aos valores dos jornalistas. Apesar de existir uma tendência de valorizar a neutralidade e a objetividade da prática jornalística como uma verdade absoluta e inerente a todo ser humano que se aproxima dessa profissão, o posicionamento do jornalista é perpassado por algo que chamamos de enquadramento (GOFFMAN, 2006 apud CARVALHO, 2008). O enquadramento define-se por ser o modo com qual o sujeito se coloca integralmente na questão, explorando a subjetividade da cena e adicionando a ela os seus conhecimentos anteriores. A esses conhecimentos prévios Goffman dá o nome de quadros-primários.

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de enquadramento. Minha expressão análise do enquadramento é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p. 11 apud CARVALHO, 2009, p. 4).

É justamente o enquadramento que define a perspectiva da pauta. E é necessário que o jornalismo tenha o maior número de enquadramentos possíveis, especialmente o enquadramento vindo de uma percepção feminina.

3.2 Feminização da prática jornalística

3.2.1 A presença delas no mercado de trabalho

As mulheres são de fato maioria nas redações. O relatório “*Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*” publicado em 2013 pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, da Universidade Federal de Santa Catarina (2012), em parceria com a Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas, com apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) aponta que existe uma feminização no jornalismo (SANTOS, 2014). Constata-se na pesquisa que 63,7% dos profissionais em exercício são mulheres, contrastando com a média de 1980 que era de 40% (TEMER; MORAIS, 2014). A pesquisa de 2013 conclui também que 59% dos jornalistas em geral são da faixa etária jovem, com menos de 30 anos (SANTOS, 2016). Outro dado importante para entendermos a presença feminina no jornalismo é o encontrado no artigo *Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional* de Marli dos Santos e Ana Carolina Rocha Pessôa Temer, as autoras dizem que nos EUA as mulheres são maioria como estudantes e profissionais de jornalismo. “Cerca de 70% dos estudantes inscritos nos cursos de jornalismo e comunicação são mulheres, em 2002, as mulheres representavam 60% dos jornalistas abaixo de 25 anos nas redações.” (HECKMAN, 2013, p. 34-35 apud SANTOS; TEMER, 2016, p. 41).

A feminização sugere a presença de corpos e características femininas em determinadas áreas. O termo é bastante usado para descrever a presença numérica de mulheres no mercado de trabalho. Nos apoiamos na concepção de Santos (2014) para quem a feminização do jornalismo se justifica a partir do dado que indica a predominância numérica de mulheres nas redações brasileiras. (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012).

A noção de feminização está associada a diversas representações sociais. Ela pode ser analisada como uma “subversão” (Zaidman, 1986), um desregramento do sistema social quando, por exemplo, mulheres entram em pequeno número nas concentrações masculinas assimiladas a sectores de poder. Ela pode ser, ao contrário, interpretada como uma vitória das mulheres em sua luta pelo acesso à igualdade – em direitos e em número –, no caso de uma entrada massiva das mulheres num grupo profissional. Em outros casos ainda, o processo de feminização pode ser analisado em relação à desvalorização de um exercício profissional e a uma perda de prestígio. (HIRATA, 2009, p. 163).

Ao vencer desafios dos níveis profissionais e domésticos, como a jornada dupla (às vezes tripla) e a maternidade não planejada, as mulheres driblam os problemas e insistem em fazer parte da imprensa. No entanto, ainda é difícil manter-se nesta tarefa. Ser casada e possuir uma família, mesmo que se trate de uma profissional qualificada, também é um empecilho na carreira jornalística. As empresas tendem a preferir profissionais sem “amarras” o que dificulta a permanência da jornalista na vida profissional. “Isso tem como consequência uma discriminação, por parte da empresa, das mulheres casadas e uma nítida preferência pelas mulheres solteiras sem filhos e, portanto, sem ‘família pela qual se responsabilizar’.” (HIRATA, 2002, p. 194 apud SANTOS; TEMER, 2016, p. 39).

E não apenas é complicada a permanência da mulher nos cargos de imprensa, a tentativa de um posicionamento feminino no jornalismo é por vezes contestada. É preciso de um esforço hercúleo por parte das jornalistas para fazer seus posicionamentos e visões de mundo chegarem às páginas dos jornais.

Embora tenham conquistado direitos fundamentais no século XX e a igualdade entre os sexos esteja proclamada na constituição brasileira, a cidadania plena parece um ideal ainda distante para a parcela feminina da sociedade, devido a valores e ideologias machistas que ainda prevalecem. E o mesmo ocorre com as jornalistas. A questão toma maior fôlego quando envolve mulheres jornalistas que, apesar de serem maioria na profissão, continuam sendo minoria no sentido sociológico, subjugadas pelos privilégios conferidos aos homens. (TEMER; MORAIS, 2018, p. 15).

As jornalistas fazem reportagens investigativas - “marca simbólica do status dentro do jornalismo brasileiro.” (FORTES, 2005, p. 8) e por vezes estas são categorizadas como outros tipos de reportagem, literárias ou de imersão. Ao proporem-se noticiar a dureza cotidiana com um olhar cuidadoso, as repórteres lidam com problemas de ordem prática e simbólica.

3.2.2 Narrativas femininas, um esforço contínuo

Existem em certas narrativas femininas uma diferenciação em relação a cobertura jornalística feita por homens. Talvez pelas dificuldades pelas quais passam as jornalistas mulheres em suas muitas jornadas, o tom de matérias em profundidade e investigativas é perpassado por outras camadas de interpretação. O olhar apurado, a alteridade, o repórter que se desloca da sua persona para ver o outro em sua totalidade, são características femininas - mas não exclusiva das mulheres - que ressignificam o jornalismo informativo. São essas camadas subjetivas que corroboram para o movimento editorial dessas mulheres. A supracitada crise identitária no jornalismo não é nada mais que um sinal da mutabilidade dos

tempos. Hoje mais do que nunca pensamos na função do jornalista e da imprensa, e refletimos não somente sobre o que se é falado mas como essa informação é percebida pelo público. Não basta entendermos apenas o “quê”, estamos interessados no “como”.

Aqui percebemos um certo padrão na imprensa, especificamente nas grandes reportagens investigativas de longa duração, que a jornalista mulher aprofunda sua visão tendo como base a totalidade da situação, preferindo o relativo ao definitivo, o comovido ao neutro. Conscientes da escolha, essas jornalistas exercem o que a jornalista e pesquisadora Cremilda Medina chama de diálogo dos afetos.

A autora propõe uma reflexão muito bem estruturada por um texto categórico, onde Medina investiga as raízes do pensamento determinista que permeia o jornalismo e espelha uma dúvida comum dos que se encontram na obrigação de contar o presente. “Como narrar histórias de vida dos protagonistas sociais anônimos, deserdados, ocultados pelos heróis do poder estabelecido, sem o toque sensível da aventura humana?” (MEDINA, 2008, p. 31).

Em *Ciência e Jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos* (2008), Medina propõe uma revisão dos conceitos do positivismo. “Reencontrar a intuição criadora em meio ao arsenal racionalista tornou-se tarefa inadiável para os comunicadores, assim como para as demais áreas de conhecimento que beberam da visão e da metodologia positivista do século XIX” (MEDINA, 2008, p. 31). A corrente filosófica fundada por August Comte é um dos pilares do pensamento moderno, a exemplo de que a ciência e o funcionamento jurídico são pautados pelos valores do positivismo. A filosofia comteana determina, entre outras coisas, a exclusão do provável e a valorização do absoluto, do pragmático. “O verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais.” (COMTE, 1983, p. 50). O positivismo prega uma unificação do conhecimento pragmático, com a valorização do útil em contraposição ao que é inútil, o real em oposição ao quimérico e a substituição de tudo que é relativo pelo que é absoluto (MEDINA, 2008, p. 20).

A influência do positivismo no jornalismo é clara, são características comteanas a hierarquização (Comte classificou as ciências em ordens de importância), a comprovação, checagem de dados, pesquisa e etc. No jornalismo moderno perpetua a ideia de objetivo em detrimento do subjetivo (tomado erroneamente como opostos, esses conceitos são na verdade complementares como explicamos na seção Objetividade e Subjetividade) e ainda é valorizada a ideia do repórter como um ser neutro, detentor da capacidade de informar de forma isenta e imparcial. Medina nos brinda com um trabalho inspirador, cheio de exemplos

práticos, que nos ajuda a refletir não somente sobre o jornalismo, mas expande a prática reflexiva sobre toda a comunicação e o aprendizado.

Quando se observa o fazer cotidiano do jornalista e a doutrina presente na formação universitária (que data também do fim do século XIX), verificam-se marcas epistemológicas herdadas do *Discurso sobre o espírito positivo*. Ou do espírito comtiano. Senão, vejamos: a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados. A moldura ideológica, fixada no jornalismo, está representada nas palavras da bandeira brasileira - ordem e progresso. (MEDINA, 2008, p. 25).

A autora faz um paralelo entre os pensamentos de Auguste Comte e de Robert Merton, um importante sociólogo que estuda as burocracias da ciência e da comunicação de massa. Merton discute no seu livro *Sociologia: Teoria e Estrutura* publicado em 1949 a mentalidade funcionalista norte-americana e a mentalidade da erudição europeia (chamada por Comte de vã erudição, a erudição europeia estava mais próxima das abstrações). Medina (2008, p. 26) aponta que Merton sugere o hibridismo entre as duas correntes e diz que o jornalismo brasileiro é pautado pela experiência norte-americana. Assim como os americanos, grande parte da imprensa brasileira tenta se aproximar do ideal positivista da verdade única.

Um jornalismo sem rigor não seria possível, Merton sugere então um caminho do meio entre a racionalidade americana e o caráter reflexivo da imprensa inglesa. Seguiram esses conselhos os ibéricos, “após terem vivido os cerceamentos das ditaduras, caminharam pela estrada híbrida que fala Merton ao organizarem o jornalismo democrático nos anos 1970” (MEDINA, 2008, p.27) A autora cita como exemplo as publicações europeias *Público* de Portugal e o *El País* da Espanha.

O *El País* é um bom exemplo de jornalismo moderno que inova na abordagem e valoriza as percepções das consideradas “minorias” - aqui especificamente falaremos do caso das mulheres. Nascido em 1976 logo após a morte do ditador espanhol Francisco Franco (1936-1975), o jornal europeu é conhecido por suas pautas progressistas e pela defesa do escopo democrático da comunicação. Em maio de 2018 o *El País* ganhou uma editoria de gênero comandada pela jornalista Pilar Álvarez. A editoria tem como objetivo igualar a presença de homens e mulheres na informação. “Como diz uma colega minha, se você não tem a visão da mulher, você perde a metade”, diz Álvarez na publicação do site que noticia a admissão de seu cargo, destacando a partir da frase a gigantesca importância da perspectiva feminina na imprensa.

No entanto - e ainda bem - não é exclusividade do *El País* uma editoria relacionada ao gênero. Outros veículos preocuparam-se em incluir espaços dedicados à discussão nos últimos anos. O jornal *Folha de São Paulo*, em abril de 2019, noticiou a recém-criada editoria de Diversidade comandada pela ex-ombudsman da publicação Paula Cesarino Costa. O jornal *O Globo* em Maio de 2018 lançou a plataforma Celina - em homenagem a professora Celina Guimarães Viana, a primeira mulher a ter o direito de voto no Brasil. Apesar de não ser propriamente uma editoria, o projeto é bastante interessante ao propor, além de reportagens caras ao tema, um banco de dados¹⁷ onde é possível encontrar fontes femininas de diversas áreas.

Um outro exemplo internacional, o secular *The New York Times* estreou em 2017 sua editoria de gênero sob o comando da jornalista Jéssica Bennett - ex-colunista da revista *Time* e autora dos livros *Feminist Fight Club* (2016) e *This is 18* (2019). O NYT anunciou no mesmo ano uma edição mensal do jornal dedicada ao público infantil. Apesar de ser uma estratégia de nivelamento muito importante, as editorias de gênero não garantem que as coberturas dos jornais sejam integralmente feministas. A conquista mais importante, e mais árdua também, é a posição das mulheres em lugares de liderança.

Voltando ao nosso exemplo, em junho de 2018 foi divulgada a escolha do Conselho de Administração para a diretoria do *El País*. Em 47 anos de existência o jornal está pela primeira vez sob a gerência de uma mulher. Trata-se da jornalista espanhola Soledad Gallego-Díaz. Gallego-Díaz é uma jornalista com uma enorme bagagem profissional. Ingressou no *El País* em 1976 e trabalhou no jornal por mais de quatro décadas. Bastante reconhecida, Soledad coleciona diversos prêmios, entre os mais recentes está o Prêmio Ortega y Gasset concedido a Gallego-Díaz pela sua trajetória profissional. A premiação que leva o nome de um dos maiores pensadores espanhóis é concedida aos profissionais que se destacam nas áreas do jornalismo e da comunicação.

O *El País Brasil* segue a linha editorial do seu irmão mais velho espanhol. Lançado em novembro de 2013, o *El País Brasil* passou a possuir uma redação nacional fixada em São Paulo após uma estratégia muito bem sucedida de globalização do jornal.

O projeto, agora possível graças às novas tecnologias, constitui um desafio cultural e jornalístico, jamais tentado antes. Contar as diferentes realidades da América Latina, incluindo pela primeira vez a deste país-continente que é o Brasil, descobrir as tendências mundiais que afetam a seus cidadãos e

¹⁷ Uma iniciativa parecida mas que contempla a questão da raça é o projeto Entreviste um Negro, fundado em 2005 pela jornalista Helaine Martins. O projeto é um banco de dados de profissionais negros de várias áreas, o site pode ser acessado pelo link <<http://entrevisteumnegro.com.br/sobre>> Acesso em 13 de Novembro de 2020.

contribuir com a democratização e modernização de suas sociedades é o nosso novo desafio (EL PAÍS, 2013).¹⁸

O jornal destacou-se (especialmente durante as eleições presidenciais de 2018) por ter uma proposta editorial a favor do diálogo plural, prática necessária à imprensa e fundamentadora da democracia. O período eleitoral foi especialmente difícil no país por causa das pautas de profundidade muito densas e pelo cerceamento da imprensa - pistas do governo de extrema-direita que se instaurou (por escolha pública, vale dizer) no Brasil em 2019. *El País* cobriu a eleição de forma ampla, procurando evidenciar propostas de grupos variados - atitude fruto do periodismo espanhol que sofreu bastante com ditaduras - dando visibilidade a, por exemplo, questões indígenas, desigualdades sociais, e as confusões sobre os usos políticos da internet.

El País no Brasil também é um espaço de visibilidade para outros veículos de comunicação. A ONG *Repórter Brasil* e a *Agência Pública de Jornalismo Investigativo* publicam regularmente no jornal. Lá encontramos matérias do tipo “*As empresas que servem de ‘barriga de aluguel’ dos agrotóxicos*”¹⁹ e “*Os dias de Iriana nas ruas de Recife: com um bebê e sem documentos*”²⁰ esta última feita pela jornalista Joana Suárez da Agência Pública é uma reportagem investigativa de longa duração. Suárez apurou durante 9 meses os passos de Iriana, uma mulher prestes a dar à luz, moradora de rua e dependente química. A jornalista apresentou com pessoalidade a difícil situação da mulher cuja trajetória era a síntese de um país inteiro. A publicação chegou ao Brasil com conteúdo exclusivo, jornalistas brasileiros (em sua maioria) e uma série de colunistas de peso - estes traduzidos e também escritos direto no português. Entre eles estão o escritor peruano e Nobel de literatura Mario Vargas Llosa, o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e as jornalistas Leila Guerriero e Eliane Brum.

Essas últimas são um bom exemplo do que tratamos neste capítulo. Tanto Guerriero quanto Brum praticam o jornalismo subjetivado do qual nos referimos. Leila Guerriero é uma escritora e jornalista argentina que se define como “promíscua” por nunca ter assinado um contrato de exclusividade²¹. Guerriero escreve para a *Rolling Stone Argentina*, para a

¹⁸ Como visto em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/25/sociedad/1385416199_689260.html> Acesso em 22 de Maio de 2020

¹⁹ Como visto em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569110544_905847.html> Acesso em 23 de Maio de 2020

²⁰ Como visto em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/politica/1568294834_398592.html> Acesso em 23 de Maio de 2020

²¹ Como visto em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/28/politica/1501267980_496869.html> Acesso em 22 de Maio de 2020

Gatopardo no México e várias outras publicações latino-americanas e europeias. Especializada em reportagens de longa duração, Guerriero escreveu livros ficcionais e não-ficcionais. Entre eles está *Os Suicidas do Fim do Mundo*, uma crônica de não-ficção sobre a morte de jovens na Patagônia.

Em sua passagem pela 15ª Festa Literária de Paraty (FLIP) em 2017, ao ser perguntada se a “objetividade jornalística é cada vez mais utópica” Guerriero responde o seguinte:

O que acredito é que é preciso ter uma subjetividade honesta. Buscar a objetividade é como ter o dom da onisciência. Ou seja, é impossível. Todos escrevemos a partir de um lugar de subjetividade, somos pessoas e produto de várias experiências. A reportagem serve para chegar a uma informação que seja a mais honesta e honrada possível. No jornalismo, nos deparamos com questões que queremos e outras horríveis que preferíamos não saber. A honestidade consiste em aplicar um olhar equilibrado e que contemple todos os pontos de vista. (GUERRIERO, EL PAÍS, 2017)

A subjetividade a favor do pluralismo é também o mote do trabalho de Eliane Brum. A escritora gaúcha é uma das defensoras do diálogo do afeto e umas das principais expoentes dessa corrente no Brasil. O trabalho de Brum pauta-se em investigações profundas, jornalismo vivido na prática - no momento a jornalista passa um período de imersão na Amazônia - e uma reflexão muito pessoal, muito íntima. Brum não demonstra amarras em ser por na matéria, muito pelo contrário, isso - o fato de refletir enquanto pessoa profissional - é encarado como uma das ferramentas mais propícias para alcançar a objetividade. A totalidade de uma situação nunca é atingida se antes, o contador - ou jornalista, cronista - não entrar em si, sair de si e ir em todos os outros espectros do entendimento.

Eu acredito na reportagem como documento da história contemporânea, como vida contada, como testemunho. Exerço o jornalismo sentindo em cada vértebra o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história do presente, a história acontecendo. Por isso, exerço com rigor, em busca da precisão e com respeito à palavra exata. Mas também com a certeza de que a realidade é complexa e composta não apenas de palavras. É feita de texturas, cheiros, nuances e silêncios. Na apuração de minhas matérias, busco dar ao leitor o máximo dessa riqueza do real, para que ele possa estar onde eu estive e fazer suas próprias escolhas. (BRUM, 2008, 185)

Brum é um grande nome do chamado jornalismo literário no Brasil. Chamado por ela de Jornalismo de Desacontecimentos, enxergamos na prática investigativa de Brum uma revisão dos conceitos primários do jornalismo. A escolha da pauta, o interesse por fontes não oficiais, tudo no trabalho de Eliane Brum parece querer pulverizar certezas. Não são raros os casos em que artigos acadêmicos a citam como uma autora de jornalismo-arte. De fato, Brum

é um respiro no espectro jornalístico sempre interessado em rapidez, cliques, visualizações. O jornalismo que prevê muito impacto e pouca reflexão.

A nova dimensão que Brum propõe na reportagem causa reflexão, gera impacto e propõe afeto. Um olhar cuidadoso que nivela as diferenças, não as acentua.

[..] pensa-se no Jornalismo de Desacomodamentos como narrador de palavras que agem. De palavras que, ao se materializarem como escrita, conseguem atingir o cerne das problemáticas sociais e propor mudanças. De palavras que, ao alcançarem o leitor, conseguem desacomodá-lo. “É possível percorrer toda a coleção de misérias humanas em 24 horas. A maioria dos programas é feita não para que possamos ver – mas para que possamos continuar não vendo” (BRUM, 2008, p.236). A diferença desta prática convencional para com o fazer jornalístico de Brum é que esse assume o desafio de olhar para ver. “E olhar para ver é perceber a realidade invisível – ou deliberadamente colocada nas sombras. É o ato cotidiano de resistência de cada repórter, de cada pessoa” (p.241). (ABIB, VENTURA, 2016, p.10)

A resistência da repórter se funde à resistência da pessoa. É o jornalismo a favor do humano, o jornalismo que não prioriza a notícia quente, o chegar mais rápido. A imprensa toma contornos mais fortes de uma instituição que trabalha em prol do progresso.

No texto *Exaustos e Correndo e Dopados*²², publicado em sua coluna do *El País* em julho de 2016, a autora reflete sobre a condição mental da nossa geração ao evidenciar o livro do filósofo coreano Byung-Chul Han, *Sociedade do Cansaço* (2010). Brum usa seu lugar como jornalista para pensar na auto-escravidão conferida a nós mesmos. Ao falar sobre tempo e escolha, a autora volta aos conceitos-chaves da ética jornalística; a relevância e a utilidade pública.

Há tanta informação disponível, mas talvez estejamos nos imbecilizando. Porque nos falta contemplação, nos falta o vazio que impele à criação, nos falta silêncios. Nos falta até o tédio. Sem experiência não há conhecimento. E talvez uma parcela do ativismo seja uma ilusão de ativismo, porque sem o outro. Talvez parte do que acreditamos ser ativismo seja, ao contrário, passividade. Um novo tipo de passividade, cheia de gritos, de certezas e de pontos de exclamação. Os espasmos tornaram-se a rotina e, ao se viver aos espasmos, um espasmo anula o outro espasmo que anula o outro espasmo. Quando tudo é grito não há mais grito. Quando tudo é urgência nada é urgência. Ao final do dia que não acaba resta a ilusão de ter lutado todas as lutas, intervindo em todos os processos, protestado contra todas as injustiças. Os espasmos esgotam, exaurem, consomem. Mas não movem. Apaziguam, mas não movem. Entorpecem, mas será que movem? (BRUM, EL PAÍS, 2016)

²² Como visto em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html> Acesso em 26 de Maio de 2020

Parafrazeando Nietzsche, Brum diz: “Por falta de repouso, nossa civilização caminha para uma nova barbárie” e continua seu texto falando sobre as ameaças - cada vez mais eminentes - da ansiedade e da depressão. Quantas vezes vemos na imprensa relatos tão cuidadosos sobre temas tão necessários e urgentes? Acreditamos que seja essa uma parte da “arte de tecer o presente” da qual fala Medina (2003). Em tempos de crise de paradigmas, o jornalismo tem a missão de desmistificá-los. E se não for possível, que ao menos evidencie e eleve o debate destes temas que, apesar de tão cotidianos, são postos na pasta do subjetivo.

As reportagens de Brum possibilitam, portanto, a compreensão da unidade na diversidade e da diversidade na unidade: “é preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno” (MORIN, 2002, p.55). É nesta linha que se defende que seus textos, a partir da dialogia no encontro e da sensibilidade na mobilização dos sentidos, conseguem inserir o leitor em uma coletividade, de forma a expandir sua capacidade de vinculação ao outro e do se sentir parte. (ABIB, VENTURA, 2016, p.13)

Brum reforça o compromisso social que o jornalista se propõe a ter. O seu jornalismo é linha de frente de um movimento - levado por aqueles profissionais que bravamente tomam o seu lugar como agente de mudança - que pretende ressignificar o objetivismo e o positivismo na imprensa. São estratégias para essa mudança a alteridade, o olhar subjetivo e a autoralidade.

As mulheres que fazem jornalismo de investigação destacam-se por demonstrarem menos pudor em pôr a si mesmas na narrativa, assumindo o eu-jornalista em todas suas nuances, como destaca a jornalista e professora Fabiana Moraes. “Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, não prejudica a narrativa jornalística; ao contrário, pode enriquecê-la” (MORAES, 2015, p.160). O que Moraes explica é que o jornalista não deve negar a subjetividade das questões, e que o trato sensível, o olhar cuidadoso não é menor que a perspectiva “neutra e objetiva” espalhada por anos a fio como a única forma correta de fazer jornalismo. Em *O nascimento de Joicy* (2015) Moraes propõe o constante exercício de autocritica do jornalista, reconhecendo a importância da função para construção de realidades, a *tessitura do presente*, e o papel como elemento-filtro da sociedade. Corrobora-se ao pensamento de Medina, para quem o jornalista é um agente cultural com a responsabilidade de contar o presente.

O jornalista, o comunicador como agente cultural, ocupa um lugar privilegiado na sociedade – não pode se contentar em exercer a função administrativa dos sentidos já estabelecidos em qualquer instância de poder. Para renovar e criar uma narrativa rigorosa, sutil e solidária, é preciso contato e o movimento: o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora (MEDINA, 2008, p.109)

Cremilda Medina pensa o jornalismo com complexidade, explora nele possibilidades únicas de mudança social, o supracitado “tecer o presente”, e empreende em suas cinco décadas de estudo ao tema uma vasta contribuição à crítica do jornalismo. Ela mesmo jornalista de longa prática, Medina defende em seus escritos a sensibilidade do jornalista, e encara como um ganho as contribuições da subjetividade feminina. “Partilhar a visão de mundo do outro, dela extrair a utopia humana e ampliar a competência técnica e científica na narrativa solidária não é uma miragem, é uma possibilidade” (MEDINA, 2003, p. 80).

A possibilidade da humanização do jornalismo é uma vitória contra o establishment positivista e masculino que gere a noção comum da imprensa. Não é uma utopia e sim uma realidade ainda pouco universal, mas nem por isso menos brava, corajosa, progressista. O jornalismo feito por mulheres (e não só por elas, aqui incluímos todas as “minorias”) é um exercício de presença que tem como consequência a formação de uma sociedade mais plural, democrática e justa.

4 Metodologia

4.1 Analisando uma entrevista estruturada

Entrevistamos quatro profissionais jornalistas com carreiras consolidadas no jornalismo investigativo. Utilizamos a técnica da entrevista semi-estruturada para - remotamente - colher os dados aplicados no próximo capítulo deste trabalho. Foram 13 perguntas que abarcavam os históricos profissionais das jornalistas, suas experiências com o investigativo e suas percepções sobre o jornalismo feito em suas regiões.

A entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. Essa pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e por meio de perguntas formuladas busca a obtenção dos dados que lhe interessa. É uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2010 apud BATISTA;MATOS; NASCIMENTO, 2017 p.6).

Para Daniel Augusto Moreira, autor de *O método fenomenológico na pesquisa* (2002) a entrevista pode ser definida como “uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente”(MOREIRA, 2002, p. 54 apud OLIVEIRA, 2008, p. 12)

As entrevistas estruturadas são aquelas que apresentam um conjunto de questões, em que o pesquisador administra a cada sujeito na mesma seqüência e usando as mesmas palavras. Para o investigador, esse questionário responde suas hipóteses, admitindo que o respondente tem condições necessárias para fornecer os dados que julga relevantes. O pesquisador ainda entende que os entrevistados compreenderão da mesma forma todas as perguntas levantadas. (OLIVEIRA, 2008, p. 12)

Escolhemos o método de entrevista semi-estruturada para melhor comparativo entres as respostas. A semi-estruturada permite um certo rigor na ordem das perguntas mas não exclui, por exemplo, a possibilidade de acrescentar perguntas e de levar a entrevista como uma espécie de conversa. “Entrevista semiestruturada: combina perguntas fechadas e abertas. Nesse tipo de entrevista, o entrevistado tem liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada” (MINAYO apud BATISTA, MATOS, NASCIMENTO, 2017 p.6).

Procuramos compreender como se dá a vivência da jornalista investigativa, seus desafios e expectativas. Entendemos que fazer as mesmas perguntas na mesma ordem para as

entrevistadas nos possibilitaria uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa dos resultados.

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI,QUARESMA, 2005, p. 75)

A técnica de entrevista semi-estruturada é usada tanto no âmbito acadêmico quanto no jornalismo, por permitir um quadro de perguntas estruturadas que também possam estar estejam sujeitas a mudanças, caso seja necessário. Esta estratégia consente em um bom fluxo de respostas, a vantagem da entrevista semi-estruturada é o modo fluído como se conduz a entrevista, permitindo assim uma maior visualização da subjetividade nas falas do entrevistado devido a elasticidade autorizada da técnica.

4.2 As entrevistadas

Silvia Bessa: Silvia Bessa Cunha é uma repórter multimídia pernambucana que se dedica ao jornalismo investigativo social - definição aplicada a ela em um congresso da Abraji em 2009 e adotada pela autora como uma síntese do seu trabalho. Silvia começou sua carreira na assessoria de imprensa, mas foi como repórter no *Diario de Pernambuco* onde consolidou sua carreira como jornalista. Na empresa durante 24 anos, Silvia atuou na área política cobrindo todos os poderes locais (Câmara dos Vereadores, Assembleia Legislativa e Palácio das Princesas), foi a repórter encarregada de cobrir os dois períodos em que Jarbas Vasconcelos foi governador do Estado (1998- 2002 e 2002-2006), acompanhou diversas vezes os presidentes em visitas a Pernambuco e como enviada especial a Brasília.

Silvia Bessa construiu uma carreira de sucesso como repórter especial no DP e conquistou dezenas de honrarias, entre elas estão três Prêmios Esso, quatro Prêmios Embratel, o Prêmio da Associação dos Correspondentes Internacionais da ONU e o da Sociedad Interamericana de Prensa. Entre 2012 e 2016 Silvia foi colunista na Revista Imprensa, onde se pode acompanhar um pouco dos bastidores de suas reportagens humanizadas publicadas no DP. Já

fora do jornal, Silvia se reinventa como profissional freelancer ao lançar em 2020 o “Vidas que Contam”, canal de webjornalismo no YouTube. O mais recente projeto é dedicado ao jornalismo de personagens, o fôlego das empreitadas jornalísticas de Silvia Bessa na última década.

Marcionila Teixeira: Marcionila de Teixeira Siqueira, aluna da turma de jornalismo da UFPE de 1995, dedica uma extensa carreira de 24 anos no *Diario de Pernambuco* à cobertura de pautas que promovem além da informação, a reflexão necessária sobre a condição de vida de pessoas vulnerabilizadas.

Jornalista Amiga da Criança - título concedido pela Agência de Notícias dos Direitos da Criança (Andi) - Marcionila começou no DP em 1996 na editoria de Polícia (hoje Segurança), a partir daí escreveu para as sessões de economia, cultura e cidades, sempre salientando em sua carreira pautas voltadas ao exercício da cidadania. Com pós-graduação em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Marcionila pratica uma vigorosa cobertura de pautas que englobam saúde, educação, cidadania, segurança e justiça. Além de atuar como jornalista, Marcionila porta no currículo serviços de comunicação como assessoria de imprensa e media training. Marcionila esteve à frente da apresentação do programa de entrevistas Sobre Vidas, exibido no YouTube pelo canal Diario de Pernambuco TV, mesma rede onde empreendeu nas últimas duas décadas vários outros materiais transmidiáticos.

Ao longo da carreira, Marcionila Teixeira conquistou diversos prêmios para o estado, entre eles o Prêmio Esso, o Prêmio Vladimir Herzog e o Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo. Sendo, inclusive, a primeira brasileira honrada com o Prêmio Internacional Maria Barroso de Jornalismo pela Paz e pelo Desenvolvimento, reconhecimento do seu expressivo trabalho jornalístico em defesa do direito à dignidade humana.

Nayara Felizardo: Nayara Felizardo nasceu no Ceará, passou a infância em Serrita, no interior de Pernambuco, e hoje se desloca entre Piauí e São Paulo. A proximidade com o aeroporto de Campinas facilita as viagens que Nayara constantemente precisa realizar na sua missão de cobrir o Norte e o Nordeste para o *The Intercept Brasil* - o braço nacional do premiado site de jornalismo independente.

Formada em Comunicação Social pela Universidade Estadual do Piauí, Nayara, desde 2008, atua no jornalismo impresso e virtual. Escreveu durante seis anos para a revista de cultura teresinense *Revestrés* e coordenou por outros quatro anos o piauiense *Portal O Dia*. No

jornalismo investigativo, Nayara tem uma carreira de destaque, ganhou o Prêmio Synapses em 2018 pela reportagem *A cidade em que o agrotóxico glifosato contamina até quem não nasceu* e o Prêmio Estácio de Jornalismo em 2019 pela reportagem *Era uma vez um sertão que sonhou que podia ir para a Universidade*, ambas publicadas pelo *Intercept*. Nayara também realiza cursos de jornalismo com foco na prática investigativa.

Raíssa Ebrahim: Formada pela Universidade Federal de Pernambuco, a jornalista pernambucana Raíssa Ebrahim trabalha desde 2018 na *Marco Zero Conteúdo*, uma organização que promove jornalismo investigativo e independente com foco no cumprimento dos direitos humanos. Raíssa começou sua carreira no *Jornal do Commercio* como estagiária, após sua contratação a jornalista desenvolveu seu trabalho na editoria de Economia do jornal. Em 2013, ainda vinculada ao JC, participou do Trainee do Jornal *Estadão* em São Paulo onde cursou Estado de Jornalismo Econômico, com extensão universitária em macroeconomia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Após o Trainee, Raíssa criou o *PorAqui*, uma rede digital com foco no jornalismo hiperlocal, na qual trabalhou até 2018 como editora. Raíssa também escreveu para *Número e Gênero* a reportagem especial *Reino Sagrado da Desinformação* e para Agência Pública o projeto de fact-checking *Trucos nos Estados* sobre a eleição presidencial de 2018.

Na *Marco Zero*, Raíssa foi a responsável pela árdua missão de cobrir o desastre ambiental no litoral brasileiro em 2019, sua série de reportagens *Óleo no Nordeste* foi prestigiada com o prêmio Cristina Tavares de Jornalismo na categoria Séries e Cadernos Especiais e Séries de Reportagens.

5 Análise de Entrevistas

Feminizado: sim, mas nem tanto...

Tanto tempo depois da presença do gênero feminino na imprensa as oportunidades ainda estão longe de serem as mesmas. Ainda que, de acordo com a pesquisa citada no segundo capítulo deste trabalho, “*Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*”²³, a média de profissionais mulheres no exercício do jornalismo tenha crescido de 40% nos anos 80 para 63,7% na pesquisa divulgada em 2013. Apesar de serem a maioria nas redações, as mulheres continuam a ser prejudicadas por estereótipos relacionados ao gênero.

Um exemplo prático deste comportamento alusivo ao machismo internalizado na imprensa: a diferença salarial. Segundo o Global Gender Gap Report²⁴, o Brasil ocupa a posição 132º no nível mundial de igualdade de pagamento. (NAHRA; COSTA, 2020, p.70). Esse desnivelamento acontece porque, historicamente, homens ocupam os melhores lugares na hierarquia das empresas. No caso do jornalismo, onde a maioria dos profissionais em exercício são do sexo feminino, é perceptível - para usar o termo da pesquisa - a lacuna de oportunidades para as mulheres no alcance de posições mais favoráveis nas redações. A mesma pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro* (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012) aponta que as mulheres jovens ganham menos que os homens, elas são maioria em todas as faixas até 5 salários mínimos e minoria em todas as faixas superior a este valor.

Um outro aspecto que indica a desvantagem das mulheres nas redações é a importunação sexual. A pesquisa de 2018, *Desigualdade de Gênero no Jornalismo*, levantada pelo Coletivo de Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do DF (SJPDF), com uma amostragem de 535 mulheres de 21 estados do país, indica que 74,3% das jornalistas já sofreram casos de assédio e importunação sexual no exercício da profissão. Os dados são chocantes: 77,9% delas afirmam ter sofrido assédio por parte de chefias ou colegas de

²³ Pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012* (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012), do Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, da Universidade Federal de Santa Catarina (2012), em parceria com a Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas, com apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). A pesquisa completa pode ser acessada no link:

<https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>

²⁴ http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf Acesso em 22 de Novembro de 2020.

trabalho; 88.2% já tiveram uma entrevista recusada apenas pelo fato de serem mulheres e 78.5% já vivenciaram o machismo durante a realização de uma entrevista. Os tristes dados revelam não só a distinção pelo gênero como também a discriminação racial, 86.4% dessas mulheres percebem que as mulheres negras tem menos oportunidades no jornalismo.²⁵

*“Na redação do primeiro jornal em que trabalhei, o ambiente de lá era tão machista que eu não ia com blusa de alça. **Eu nunca fui com blusa de alça.** Eu sempre ia com blusa de manga ou com blusa fechada. Se você chegasse com batom ou com maquiagem, ou uma blusa mais decotada, mais detalhada... Tinha uma determinada figura lá que sempre dizia assim “Eita que hoje é dia, né?” “Eita que hoje é dia de comer gente”... R1*

*“Ser mulher atrapalha dentro do machismo de uma redação, eu trabalhei com muitos homens, e eu trabalhava em Polícia... Em Polícia a galera seca a gente... Eu era muito nova e eles secavam, davam em cima... Tinha um que ligava e dizia “ah, vou passar aí pra lhe sequestrar”... **É podre, é um submundo...** mas eles davam em cima mesmo, **ou então me tomavam como fonte porque me achavam bonita** - “ah vou passar para você”, me paparicavam, sabe?... Então tinham brincadeiras machistas, **eu enfrentei muito machismo de secretários de segurança na época, tinha que sentar com eles e eu me fazia de doida porque eu precisava encarar aquela pessoa quase todos os dias.**” R2*

*“O fato de ser mulher, **em alguns momentos foi visto com uma ressalva grande.** Por exemplo, eu comecei na editoria de política e era cercada por homens, porque o meio político é cercado por um homens, então naturalmente houve muitas piadas sexistas e talvez eu não tivesse a compreensão naquele momento... Aliás, talvez nem outras jornalistas teriam, porque a gente conseguiu ver que algumas palavras, algumas frases ditas como uma brincadeira não são brincadeira. Tem um fundo preconceituoso imenso... Mas **talvez quando eu comecei não era visto como (machismo), eu não via como, mas me gerava incômodo.**” R3*

O processo de feminização do jornalismo é de fato um avanço. No entanto, para as nossas entrevistadas, a dívida do establishment do jornalismo com o gênero feminino ainda

²⁵ A pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012* (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012) indica que apenas 5% dos jornalistas em exercício são negros, mas não faz distinção de gênero.

tem um longo caminho a percorrer antes de ser sanada. Para a Repórter 1, os números em si só não querem dizer muita coisa.

*“Para existir de fato uma feminização eu acho que não é só representatividade de corpos, **um corpo feminino contando ali para aumentar esse percentual não necessariamente quer dizer alguma coisa**” R1*

A Repórter 2 é também enfática: *“Quando penso (no conceito de) feminização o que me vem cabeça é a **injustiça**”*. A Repórter 2 cita que uma empresa na qual trabalhou teve uma diretora mulher por muito tempo, mas que essa escolheu apenas homens como diretores das editorias.

A figura do jornalista vista de uma forma abstrata, neutra, universal remete às categorias masculinas. O jornalista universal é geralmente pensado como um homem. O “bom jornalista” é, nessa perspectiva, um homem. E isso traz prejuízos concretos para as carreiras das mulheres (LEITE, 2017, p.59)

Apesar de não possuir qualquer fundamento, a preferência de mulheres em posições de poder em corroborar com a homossocialidade é - especialmente em décadas anteriores a nossa - um comportamento-refém que tem sua origem na discriminação por parte do gênero. A heteronormatividade presente não só no jornalismo, mas também em tantas outras áreas de trabalho, prevê que a respeitabilidade de uma mulher é maior se ela tomar decisões como um homem. O que revela um apagamento sistemático das percepções e dos sentimentos femininos. “O fato de essa profissão ser hierarquizada a partir de valores específicos, que escapam da lógica da educação formal, pode representar prejuízos para as carreiras femininas” (LEITE, 2017, p.66).

*“No jornal em que trabalhei anteriormente **a grande massa da diretoria é de homem, é macho, não é nem gay, é homem hétero. Se botasse um lgbt, ainda vá lá...**” R2*

*“Nos jornais em que trabalhei, por mais que tivesse mulheres em cargos de chefia, o **dono da empresa era sempre um homem. E é dono do jornal, que no final, principalmente em jornalismo local, quem define o que sai ou o que não sai no veículo**” R4*

E se só homens possuem poder no campo das decisões editoriais é mais do que provável que questões consideradas sensíveis demais, ou femininas demais - como por

exemplo matérias relacionadas a estilo de vida, velhice, meio ambiente, cultura e crianças - percamos espaços narrativos dentro dos jornais e das empresas de comunicação. No jornalismo investigativo, campo em que o repórter tem mais tempo e autonomia na produção da pauta, os entraves com os diretores e os interesses das empresas são relativamente comuns, em especial se a empresa for motivada por rendimentos mercadológicos mais objetivos.

Com o tempo, fui percebendo mais claramente que jornalistas mulheres, ou mesmo jornalistas homens que não possuíssem características reconhecidamente associadas aos atributos masculinos já mencionados, não eram pensados como alternativa para executar tais matérias (de cunho investigativo). O estimável perfil do jornalista investigativo é mais um exemplo de que os atributos de gênero convencionalmente associados ao masculino estão bem valorizados nas estruturas hierárquicas dos profissionais da empresa. (VEIGA, 2014, p. 158 - 159)

A informação que Veiga (2014) capta em sua pesquisa etnográfica dentro de uma redação de TV indica que o jornalista tem por muitas vezes sua autoralidade negada em detrimento do modo de funcionamento da empresa, e que se saem melhor aqueles profissionais que corroboram sem muitos esforços com o pensamento empresarial, este geralmente orientado por valores masculinistas.

*“Por exemplo, na época eu fiz uma matéria sobre o funk, rolavam uns bailes funks aqui no Recife com muita violência... os funkeiros faziam paredões para brigar uns com os outros, uma galera ia brigar com a outra galera e não meio passava uns seguranças com cacetetes e tal... E a gente relatou esses bailes, esses bondes com esses ônibus que iam levar os meninos para os bailes. Foi uma longa matéria onde eu não abordei como eu queria, **porque havia um direcionamento da direção para cobrir de uma forma policialesca e não respeitosa com aqueles jovens**, eu fiquei muito revoltada porque **eu não fiz como eu queria**. E no final, o baile do rodoviário - como chamavam o baile do rodô - foi fechado com muita violência. A polícia bateu lá e botou os meninos contra a parede, tinha muito adolescente... Isso me chocou muito na época, **foi uma matéria investigativa que eu fiz com muita curiosidade, muito amor e muita empatia com aqueles meninos, mas na hora do texto me tiraram esse direito de ser quem eu tava querendo ser como uma repórter...** Eu me lembro da fala do editor na época, **“estão pedindo para você botar tinta”**, tinta é sangue, tinta é emoção, é exagerar, então isso me entristeceu muito na época”... R2*

“Lá no veículo antigo, eu tinha feito uma matéria no caderno de Economia, e aí eu tinha colocado alguma coisa que mostrava uma determinada visão do governo do PT, era uma

*matéria assinada, uma matéria que eu me dediquei pra fazer ... Eu não sei se ainda é assim, mas na minha época o repórter ficava responsável por pegar o texto que saía no impresso e programar para entrar no online no outro dia. E aí nesse dia não tinha dado tempo do editor finalizar daí eu disse a ele, “manda para mim que eu quando eu chegar em casa, hoje à noite ou amanhã de manhã, eu programo no site” ele falou “tá bom”. Daí quando **ele mandou para mim eu vi que ele pegou esse parágrafo inteiro e mudou completamente, ele terminou colocando a impressão dele, a visão dele de mundo que era totalmente oposta a minha.** Na hora eu liguei pra ele e disse “oh Fulano, eu tô vendo aqui que você mudou completamente o que eu escrevi e das duas uma, ou apaga meu nome, eu não quero o meu nome nessa matéria porque não fui eu que escrevi isso, ou então se você concordar, a gente pode pensar numa forma de reescrever, caso o jornal não ter descido para gráfica” aí ele disse “agora é tarde, já desceu pra gráfica” eu disse “então amanhã não vai sair assinado no online, não vai sair meu nome, não fui eu que escrevi isso”. R1*

A descredibilização e o desrespeito relatados por nossas entrevistadas nos faz pensar: aconteceria o mesmo se elas fossem homens? A resposta nunca saberemos, no entanto, percebe-se através desses relatos um achatamento do pensamento da mulher. No primeiro caso, foi negada a abordagem respeitosa com a qual a repórter se propôs a relatar os bailes, no segundo, a visão de mundo da repórter foi substituída (sem consentimento, dentro de um texto assinado) pela visão de mundo de seu colega. Na experiência da Repórter 1, em ambos os casos as visões eram posicionadas, mas a dela teve muito menos “importância” na hora de publicar o texto. Deste modo, a partir do comportamento do colega de redação da Repórter 1, podemos visualizar na prática o cerceamento pelo qual passam as jornalistas. Como evidenciado na última citação de Márcia Veiga, no antiquado e ultrapassado pensamento do jornalismo deveriam caber às competências das mulheres as pautas leves, domésticas, suaves... No entanto, as mulheres podem, e devem, estar presente em todos os outros níveis de produção intelectual no jornalismo. E se fazer presente pressupõe escrever o que quiser e da forma como quiser - obedecendo, claro, as regras inegociáveis do jornalismo; o respeito às diferentes identidades, aos credos e aos direitos humanos.

"Ser mulher e jornalista, no meu caso, pressupunha também retratar isso na minha escrita e a escrita que eu propunha, a redação que eu propunha, era uma redação diferente do que se estava vendo. Então eu achava que no início era vista como algo menor, como algo irrelevante para a notícia, humanizar não era necessário. Ou às vezes o interlocutor tratava

como se fosse piegas “você tá sendo mulherzinha também ao escrever” e isso era um incômodo porque às vezes até me gerava certa insegurança “será que é mesmo ou não?” R3

Para o jornalismo que cumpre a premissa de ser um defensor da democracia, a pluralidade de interpretações deveria ser algo louvado entre os seus pares. A humanização da notícia é necessária porque implica na humanização do outro, do personagem já tantas vezes objetificado pelo jornalismo desprovido de cuidado. A admissão do posicionamento de quem reporta pressupõe uma abordagem mais honesta, portanto mais íntegra da pauta. Para a Repórter 1, para quem a neutralidade jornalística não passa de propaganda, o reconhecimento do posicionamento do repórter é um adicional bem-vindo à esfera jornalística.

*“Eu não acredito na neutralidade jornalística, eu acho que essa questão da neutralidade, da imparcialidade são mitos dentro do jornalismo... **O simples processo de você reportar alguma coisa já é subjetivo**, então eu não tenho como ser imparcial... A imparcialidade na verdade é um mito, os humanos não são seres imparciais....*

*Eu percebi muito isso quando eu participei do trainee de uma empresa de comunicação, a gente era muito orientado a fazer aquela coisa bem feijão com arroz, aquele lide bem engessado, se você saísse um pouco daquilo ali os coordenadores do curso já achavam que você tava editoralizando os textos. **Então o que para mim era o meu papel jornalístico, de fomentar criticidade, de falar sobre a realidade de um ponto de vista, de uma posição crítica não era uma prática bem vista.** Então meus textos sempre um recadinho: **pare de editoralizar os textos.**” R1*

Em nenhum âmbito da comunicação é querida a presença de só um tipo de agente, de apenas um tipo de voz, ou interpretação. Em especial no jornalismo investigativo, esse que revela para o outro aquilo que antes não se via, a sensibilidade do repórter - que de modo algum significa uma melosidade ou uma frouxidão - é um aspecto de interpretação importante e que não deve ser refutado.

“O jornalismo investigativo te pede sensibilidade, estratégias, inteligência, fontes, manutenção dessas fontes e te pede também coragem. Te pede tratos a serem feitos com essas fontes, sejam tratos de proteção dessas imagens, tratos de proteção dessas histórias, que nem sempre são bonitas ou fáceis de se contar. Te pede todo um tratamento diferente. O jornalismo investigativo não dá para ser feito por qualquer repórter, você não consegue fazer

*um jornalismo investigativo apenas com base na curiosidade, não basta só ficar curioso e querer denunciar algo, **você tem que ter sensibilidade com o que pode acontecer a partir daquela denuncia** que você vai fazer. Precisa de sensibilidade primeiro como o outro, depois contigo.” R2*

*“Te exige tempo. Aí sim, depois vai exigir mais capacidade de pesquisar, de saber onde pesquisar. **Vai exigir uma capacidade crítica, de ver coisas e duvidar daquilo. E duvidar inclusive da sua própria apuração.** O meu chefe fala que a gente tem que apurar, **tem que investigar uma coisa pensando em derrubar nossa pauta**, nunca investigar pensando em manter a pauta, porque se você pensa que vai manter você pode ter um olhar enviesado e deixar passar coisas importantes.” R4*

Para a Repórter 3, uma definição de seu trabalho deu-lhe a segurança necessária para continuar a praticar o jornalismo, sem necessariamente ter que aparar suas interpretações e sensibilidades.

*“Em 2009 eu fui convidada para fazer uma palestra no congresso da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Eu fiquei surpresa porque eu não entendi onde que eu me encaixava naquele congresso como palestrante. Na época a presidente era Angelina Nunes, ela ativista, tinha um trabalho de investigação bem forte como coordenadora de projetos especiais do Globo... Eu tinha uns anos de experiência de trabalho mas não tinha tanta em inserção em outros eixos do jornalismo, em outros estados e outras regiões... Mas o fato é que nesse congresso Angelina me diz que **o que eu fazia era o jornalismo investigativo social e para mim foi uma abertura de portas, de possibilidades de novas pautas, de autoconfiança, de que aquele trabalho realmente tinha um valor agregado diferente e de que eu poderia me sentir mais à vontade em fazer um jornalismo que tratasse do que eu gosto, do social, sem perder o meu olhar feminino.** Por muitas vezes eu até tive dúvidas se esse olhar feminino cruzava a fronteira do piegas, do afeto, dessas coisas que na escola de jornalismo eu aprendi a admirar eram repelidas, a escola do jornalismo muito cartesiano, do jornalismo muito objetivo, do lide bem composto... **E esse comentário fez com que eu tivesse mais força, mais segurança do jornalismo que eu queria fazer dali para frente...** E aí me soltar um pouco das amarras tradicionais, desde a concepção da pauta, até a produção dela e por fim a redação diferenciada . Eu fiz inúmeras reportagens antes dessa conceituação, mas até hoje eu sinto (o momento) como um marco para mim... E pouca gente faz esse tipo de*

jornalismo, e outro tanto de profissionais jornalistas não reconhecem essa pegada de jornalismo investigativo social porque as pessoas acham que o jornalismo investigativo se atém apenas a polícia ou a jornalismo político, que é desvendar essas falcatruas e corrupções”... R3

No depoimento da Repórter 3 percebemos duas coisas: A primeira é a informação empírica de que o reconhecimento é um aliado na confiança do profissional. A segunda é a diferenciação já apontada na seção 1.2 deste trabalho. A masculinização imposta no jornalismo investigativo faz com que sejam consideradas desviantes todas as investigações que não partam do lugar comum: política, vazamento de dados, escândalos envolvendo pessoas célebres... No entanto, graças aos esforços de profissionais como a Repórter 3, a produção investigativa pode abordar temas sociais que não precisamente envolvem figuras públicas, mas que apuram de forma densa - investigativa - uma situação que é de interesse universal e que fecunda importantes debates para a vida pública. A Repórter 2 diz que fazer jornalismo investigativo dentro do espectro cotidiano pode ser ainda mais desafiador do que o investigativo pensado no molde “tradicionalista”.

“É mais difícil do que interpretar números, porque a gente vai interpretar pessoas, vai ouvir as dores e vai ficar sem dormir de noite, vai ter medo de adentrar esses universos... é difícil, é humano, tem que ter estômago.” R2

As experiências múltiplas das mulheres fazem com que, como jornalistas, elas se destaquem por propor uma visão sincrética dos assuntos e temas tratados. E como chefia, ressalta-se a abordagem agregadora de uma liderança feminina. Se não fosse o machismo introjetado na imprensa poderíamos ter ainda mais exemplos de boas gestões femininas no campo da comunicação.

“No meu caso eu tinha (liberdade). Não acho que seja algo comum em todas as redações, mas eu tinha uma grande editora e ela acreditava muito no trabalho que desenvolvi, me dava uma liberdade muito grande. Então a maioria dos meus especiais e das minhas investigações eram pautadas por mim mesma, partia de uma pauta que eu já tinha uma aproximação com o tema, ou já tinha interesse em investigar, tinha afinidade ou tinha preocupação em dar uma projeção mais consistente na imprensa. Eu não sofria esse acompanhamento, essa falta de liberdade mas eu acho que era algo muito específico, uma

sensibilidade de uma editora que já conhecia meu trabalho de outros momentos e que possibilitava não só eu propor as pautas mas também desenvolvê-las e tratá-las de uma forma muito especial, na abordagem de texto, permitindo que eu saísse um pouco daquela objetividade tão batida... que tivesse a preocupação com a informação mas que buscasse o meu estilo...” R3

Seria ótimo para as jornalistas se o mesmo motivo que as fazem boas intérpretes do mundo não fosse a razão que as impossibilita de ter melhores espaços na carreira. Falamos sobre isso no capítulo 3.1 deste trabalho. Ao contratarem mulheres, as empresas de comunicação preferem que elas sejam jovens e sem filhos. Ou seja, a transformadora experiência da maternidade aparece como um empecilho para a obtenção de sucesso na carreira.

A Repórter 3 teve na primeira gravidez uma experiência muito especial. Sua primeira filha nasceu com uma síndrome raríssima e sua curta vida durou menos que o tempo da licença no jornal. Para nossa entrevistada, aquela foi uma experiência revolucionária como mulher e como profissional.

*“A minha vida como mulher, e como mãe, interferiu e me transformou enquanto jornalista. Eu comecei a compreender ao longo dos anos, e falo com tranquilidade, que aquilo dali me transformou também como profissional e eu consegui aproveitar aquela experiência tão dolorosa para partilhar de alguma forma essa minha visão... (depois da experiência) comecei a ter as mulheres e as crianças como protagonistas ainda maiores, uma força ainda maior nas minhas reportagens. Eu não virei a ativista, no sentido de fazer defesas teóricas sobre o assunto, mas **meu ativismo é no jornalismo** porque como mulher eu procuro dar um rosto para essas mulheres invisíveis ou a essas crianças invisíveis... Hoje eu me permito viver esses encontros bonitos, foi um processo de aprendizagem.” R3*

Para a Repórter 2 a experiência com a maternidade se juntou aos outros tantos obstáculos com os quais as mulheres lidam na profissão.

“É muito enfrentamento na questão da gravidez, dá de mamar, criar os bebês... aí para você se especializar e se manter na ativa, mesmo com as licenças maternidades, se manter respeitada, se manter combativa não é simples”. R2

Ao final das entrevistas perguntamos a cada uma de nossas repórteres sobre a experiência de fazer jornalismo investigativo hoje e quais as principais dificuldades. Para a Repórter 4, problemas financeiros nas redações é o que mais atrapalha a prática do jornalismo investigativo porque este exige um maior tempo de apuração e uma maior disponibilidade do repórter.

“O que prejudica o jornalismo investigativo hoje é a falta de pessoas, de jornalistas na redação. O jornalista tem que se virar muito, principalmente no jornalismo local, tem que fazer muitas pautas por dia e não dá para se dedicar à investigação. Então eu acho que o jornalismo investigativo é prejudicado muito pelo enxugamento das redações provocados por questões econômicas.” R4

Para a Repórter 1, o que dificulta a realização também tem haver com a localização geográfica do veículo, um assunto que passa também por questões financeiras.

“Acho que o jornalismo investigativo ainda está muito centrado no sudeste porque, é lá que corre o dinheiro. No nordeste, assim como em Pernambuco, não faltam profissionais qualificados, dispostos e instigados a trabalhar com jornalismo investigativo. O problema é que para se fazer esse jornalismo tem que ter dinheiro, porque é caro. O dinheiro corre muito mais no Sudeste, falando de jornalismo independente. **Isso afeta na distribuição geográfica dessa produção, eu vejo o dinheiro como principal fator desta desigualdade geográfica da produção de jornalismo independente e investigativo no Brasil, a gente vai ter muito mais desertos de notícias²⁶ no Norte e no Nordeste do que lá para baixo, no sudeste Sul centro-oeste.” R1**

As repórteres 2 e 3 rememoram um momento prolífico da imprensa pernambucana. No início dos anos 2000, em especial após 2004, Pernambuco vivenciou uma época particularmente boa para o jornalismo investigativo. Os principais jornais do estado -

²⁶ Deserto de Notícias é um levantamento realizado em 2017 pelo Atlas da Notícia, um projeto de jornalismo de dados que tem como objetivo mapear a imprensa brasileira. A pesquisa aponta que 62,6% do total de municípios brasileiros não possuem sequer um veículo de imprensa, no Nordeste a porcentagem de municípios é de 73,5% e no Norte é de 71,8%.

A pesquisa completa pode ser acessada pelo link:

https://www.atlas.jor.br/docs/Atlas_da_Not%C3%ADcia-jornais_online-resultados.pdf Acesso em 27 de Outubro de 2020.

incentivados pelos prêmios que os jornalistas conquistaram com as reportagens especiais - investiram em cadernos e em matérias sequenciadas de maior fôlego.

“Teve essa época de jornalismo investigativo onde tinha essa galera que peitava mesmo, bancava essas investigações e essas matérias mais longas. E a gente disputava prêmios... Teve muita premiação boa. Hoje em dia isso tá muito apagado por conta dessa fuga das redações. Nesse meio teve também esse grande desenvolvimento do jornalismo literário, que chama atenção pela beleza do texto, pela beleza das fotos, dos cadernos...”R2

A Repórter 3 destaca que esse período em Pernambuco promoveu uma observável autoralidade dos repórteres. Como consequência disto, também aconteceu de ter existido uma maior liberdade nas escolhas das pautas.

*“É um jornalismo diferenciado. Aqui em Pernambuco é diferenciado porque é um jornalismo que valoriza, ou valorizou em uma década de forma mais forte... Mas que conseguiu criar um **conceito de jornalismo autoral**, as pessoas se destacam pelo estilo. Eu acho que é um jornalismo que tem essa pegada, uma preocupação muito grande com o social e não pode ser realmente esquecido, porque a gente continua numa região com os piores indicadores socioeconômicos e essa discrepância de indicadores daqui e de outras regiões têm um impacto na vida das pessoas. **O jornalismo nordestino conseguiu, sobretudo nas últimas duas décadas, transformar isso numa causa, e eu acho que isso é muito bom.**”*

*“Eu acho que o jornalismo, dessa época para cá, se tornou mais engajado, se tornou mais autoral e voltou a se perceber como agente transformador dessas discrepâncias sociais. **Hoje é um momento difícil para a produção do jornalismo. É um momento de renovação imenso, para o jornalismo no Brasil e no mundo, porque a pandemia fez isso... Mas essas produções mais longas, investigativas, perderam muito espaço. E aí o que falta são editores que tenham capacidade de discernimento, de perceber o quanto importante são essas produções.**” R3*

A Repórter 1 pensa que em todos os lugares do Brasil existem assuntos a serem abordados pelo jornalismo investigativo e lamenta que a produção seja mais fortemente sedimentada nas regiões Sul e Sudeste.

*“Eu lembro que tinha muito mais correspondentes, tinha muito mais sucursal do que tem hoje em dia... O Brasil é um país super extenso e que **tem pauta investigativa para ser feita em todas as regiões**. Um exemplo, essa questão do petróleo, a mídia dita “nacional” (que é majoritariamente uma mídia do sudeste e do centro-oeste, mídia do eixo Rio-São Paulo, Brasília..) **demorou muito para começar a cobrir esse assunto que diz respeito a 11 estados do Brasil**. Foi uma pauta mundial, por que diz respeito ao mercado de petróleo, diz respeito a alguma embarcação que nunca se soube qual que faz parte de uma indústria internacional de petróleo. É uma pauta de extrema importância porque discute a forma como o mundo gira, a forma como o sistema funciona em torno das energias não renováveis... E o Sudeste demorou para caramba, os grandes jornais demoraram muito para começar a dar esse assunto”.R1*

Apesar desses entraves, a Repórter 1 enxerga como positivo o resultado de esforços feitos pelas mulheres profissionais do jornalismo.

*“Apesar disso eu vejo um crescimento da pauta de gênero, crescimento das pautas feministas, das identidades jornalísticas pautarem essa busca pelo respeito. **A gente tem o exemplo de Bolsonaro, do que ele já fez com várias jornalistas mulheres desde dizer que queria bater na cara até aquele episódio com a repórter Patrícia**²⁷... As entidades jornalísticas estão mais atentas a isso, estão pautando mais esse discurso, mas eu acho que para chegar no ambiente ideal, realmente igualitário ainda tem muita coisa para ser feita.”R1*

Notamos nos depoimentos das nossas repórteres que nenhuma delas passou intacta pelo machismo das redações, pelo preconceito e pela incredulidade em função do gênero. Nossas repórteres investigativas percebem na prática do jornalismo uma função mais que informativa, transformadora. Ao realizarem um jornalismo menos institucional e mais humano, as jornalistas investigativas contribuem para uma mudança de perspectiva no jornalismo que evoca a substituição do modo que caricaturiza e desrespeita o Outro.

²⁷ A jornalista em questão é Patrícia Campos Mello da Folha de São Paulo. No início de 2020 a jornalista sofreu covardes agressões com insinuações sexuais por parte do presidente da república e outro membros de seu governo. Até junho deste ano Patrícia tinha movido quatro processos contra os agressores; Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Hans River e Allan dos Santos.

6 CONCLUSÃO

Percebemos que o jornalismo investigativo é um lugar tão masculinizado quanto o próprio sistema do jornalismo - e a presença de pessoas que não são maioria na constituição do poder desse sistema é importante para explicar esse fenômeno. A homossocialidade e o reforço de estereótipos em produtos culturais relacionados ao universo da imprensa são fatores que colaboram com a manutenção do poder nas mãos do mesmo grupo de pessoas. No entanto, a escolha por trás de quem está apto a exercer cargos de decisões e lideranças no jornalismo está fundamentada em uma crença tão antiga quanto contestável: a distinção pelo gênero.

Mulheres jornalistas precisam enfrentar duplas ou triplas jornadas, são responsabilizadas pelo cuidado com as crianças e com os idosos (que são obviamente responsabilidade de todos), estudam, especializam-se, fazem-se presentes. Vejam os números: há mais mulheres nas redações, há mais mulheres nas faculdades. Mesmo assim, o jornalismo se mostra uma profissão desafiadora, onde para conseguir realizar o trabalho é necessário enfrentar o machismo de chefes e colegas. As jornalistas precisam arrumar formas de validar suas ideias e posicionamentos porque estes são constantemente questionados, por má fé ou por um traço biológico - que de nada tem a ver com intelectualidade - instrumentalizado por aqueles que não pensam em ceder seus espaços de privilégio.

A presença e a interpretação da jornalista, que não se exime como repórter de sua figura feminina, altera a máxima positivista de uma imprensa sem rosto, sem identidade, na qual o jornalista não passa de um reproduzidor inócuo da notícia. A isenção jornalística, tão honrada pela imprensa tradicional, apresenta-se como um conceito falho, impossível de ser praticado por humanos - já que o reportar é essencialmente um conceito subjetivo. E a insistência em um modelo impraticável de jornalismo favorece a instrumentalização da imprensa por grupos de poder bastante intencionados. Ou seja, ao dificultar a interpretação subjetiva, o jornalismo se vê refém das costumeiras fontes oficiais e de interesses exclusivamente empresariais dos veículos de comunicação. Concluimos então que para manter o aspecto democrático da comunicação é necessário a intervenção dos mais variados tipos de agentes, e que estes agentes estejam prontos para se posicionarem a favor de suas raças, credos e especialmente gêneros.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marina Albuquerque de. **O jornalista e a jornada do herói: análise da atuação do personagem Mikael Blomkvist no livro “Os homens que não amavam as mulheres”**. 2019. Monografia (graduação) - Universidade Federal Do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, 2019.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2019.
- BARROS, Eduardo Portanova; MEDINA, Cremilda. Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 10, n. 20, jul./dez. 2011.
- BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho**. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BIONDE, Angie. Diante da dor, dentro da cena: outros pactos do olhar no fotojornalismo contemporâneo. **Contemporânea**, v. 8, n. 1, jul. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.
- BUTELLI, Felipe Gustavo Koch. A eternização do arbitrário cultural masculino: apontamentos sobre a obra *A Dominação Masculina* de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia**, v. 14, set./dez. 2007.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*, 14., 2009. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2009.
- CASTILHO, Márcio. Martírio e autoridade na trama noticiosa do caso Tim Lopes. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, n. 1, p. 213-226, 2012.
- CAVALCANTI, Jauranice. **No mundo dos jornalistas interdiscursividade, identidade, ethos e gêneros**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas-SP, 2006.
- CHRISTOFOLLETI, Rogério. Uma proposta de reforma para a ética jornalística. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 2, p. 154-147, jul./dez. 2018.
- COSTA, Natália. Lugar de mulher é na redação. O jornalismo performático e o destaque alcançado por repórteres mulheres. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 10., 2013. **Anais Eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013.

DANCOSKY, Andressa Kikuti; ROCHA, Paula Melani. A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 35, p. 119-136, jan./abr. 2016.

DOS SANTOS, Renata de Paula. O Clube do Banguê-Banguê e as imagens do fim do apartheid: o papel político do fotógrafo. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 34, n. 1, p. 43-52, 2013.

FERRARI, Caroline. **Jornalismo investigativo e questão de gênero: Mulheres no Jornalismo, práticas profissionais e emancipação social**. São Paulo: Cásper Líbero, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo (Coleção comunicação)**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. Imagens de transformação: o fotojornalismo do Clube do Bang Bang e os últimos dias do regime de Apartheid, 1990-1994. **Odeere: Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, ano 1, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016.

GUSMÁN, J. Por um jornalismo transformativo. **RuMoRes**, v. 13, n. 26, p. 146-168, dez. 2019.

HERSCOVITZ, Heloiza. Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses. **Intercom**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 65-86, jul./dez. 2000.

HERSCOVITZ, Heloiza. O Jornalismo Mágico de Gabriel García Márquez. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2004.

HERSEY, John. **Hiroshima**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp. 2009.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO, OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Atlas da Notícia, deserto de notícias: um panorama do jornalismo local e regional no Brasil**. [S. l.]: 2017. Disponível em: https://www.atlas.jor.br/docs/Atlas_da_Not%C3%ADcia-jornais_online-resultados.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

KÜNSH; Dimas A.; CARRARO, Renata. Narrativa jornalística e conhecimento: crítica à ciência incapaz de dialogar com outras formas e práticas de conhecimento. **Triade**, Sorocaba-SP, v. 7, n. 15, 2019.

LEITE, Aline Tereza Borghi. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 7, n. 163, p. 44-68, jan./mar. 2017.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018.

LUTES, Jean Marie. **Front-page girls: women journalists in American culture and fiction, 1880-1930**. Londres: Cornell University Press, 2006.

MALCOLM, Janet. **O jornalista e o assassino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAROCCO, Beatriz; SILVA, Márcia Veiga da. **O feminino no “livro-do-repórter” uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas**. Brasília-DF: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2019.

MARTINEZ, Mônica. Jornalismo literário: um gênero em expansão. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 2, p. 199-215, jul./dez. 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá; SILVA, Lígia Rogatto e. Paradoxos e fronteiras éticas do jornalismo investigativo na doutrina jornalística brasileira. **Revista Comunicação Midiática**, v. 8, n. 1, p. 13-29, jan./abr. 2013.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MERRILL, John. C. **The Dialectic in Journalism, Towards a Responsible Use of the Press Freedom**. Baton Rouge: Louisiana University Press, 1989.

MORAES, Fabiana. A não-notícia, um produto do infoentretenimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 99-108, jul. 2008.

MORAES, Fabiana. Ativismo, isenção e subjetividade: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer nomes. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., 2019. **Anais eletrônicos [...]**. Goiânia: SBPJOR, 2019.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAIS, Ana Maria; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. **Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero**. Mulheres no jornalismo práticas profissionais e emancipação social. São Paulo: Editora Cásper Líbero, UFG/FIC, 2018.

NAHRA, Cinara; ALVES DA COSTA, Fernanda. Desigualdade salarial de gênero e o abismo salarial entre os gêneros. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 27, n. 52, p. 67-86, jan./abr. 2020.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

NECCHI, Vitor. A (im)pertinência da denominação jornalismo literário. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, ano 6, n. 1, p. 99-109, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Michelle. **Profissão jornalista um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Bauru, 2005.

PAULA, Hiannagleice Alves de. **A mulher jornalista no cinema hollywoodiano: um estudo das diferenças de gênero em filmes que apresentam jornalistas como protagonistas**. 2007. Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas, Brasília-DF, 2007.

PEREC, George. Aproximações do quê? *Alea*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2010.

QUEIROZ, Natália Costa Cimó. **O auge de Nellie Bly: uma jornalista estadunidense no final do século XIX**. 2013. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

QUEIROZ, Natália Costa Cimó. O corpo é a mensagem: Jornalistas mulheres e o stunt reporting no final do século XIX. *In: SEMINÁRIO DE TRABALHO E GÊNERO*, 4., 2012. **Anais eletrônicos [...]**. Goiânia-GO: UFG, 2012.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá, v. 4, n. 5, p. 129-148, jul. 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSALDO, Michelle. **O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural**. Florianópolis: UFSC, 2012.

SALTZMAN, Joe. **SOB Sisters: the image of the female journalist in popular culture**. California: IJPC Resources, 2013.

SANTI, Vilso Junior; XAVIER, Luiza Lizliê Lopes. A representação da mulher jornalista no cinema de Hollywood. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 18., 2019, **Anais eletrônicos [...]**. Parintins: Intercom, 2019.

SANTOS, do Marli. **A mulher no jornalismo investigativo: pistas deixadas no prêmio Esso. Mulheres no jornalismo práticas profissionais e emancipação social**. São Paulo: Editora Cásper Líbero, UFG/FIC, 2018.

SANTOS, Gianne Regina Conceição dos; PINTO JÚNIOR, Antonio Carlos Pimentel. Super-herói da Notícia: o papel do jornalista como sujeito social. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 13., 2014. **Anais eletrônicos [...]**. Belém: Intercom, 2014.

SCARDOELLI, Anderson. Mulheres ainda são minoria no jornalismo brasileiro. **Portal Comunique-se**, São Paulo, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/mulheres-jornalistas-minoria/>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013.

SERELLE, Márcio. O Outro e o Mesmo nas reportagens de Eliane Brum. **Mediações Críticas: Representações na Cultura Midiática**, São Paulo, v. 1, p. 14-29, 2017.

SILVA, Natália. Risco duplo: ser mulher e jornalista. **Abraji**, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/risco-duplo-ser-mulher-e-jornalista>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Uma perspectiva sapatão para o estudo do Jornalismo. **REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, n. 2, n. 4, out./dez. 2019.

SILVEIRINHA, Maria João; SIMÕES, Rita Basílio de. As mulheres tentam compensar. O verbo 'compensar' é terrível não é? Gênero e jornalismo em tempos de mudança. **Ex æquo**, Portugal, n. 33, p. 31-47, 2016.

SOUZA, Ana Fernanda Campos de. Mulheres e jornalismo: permanências e tendências no exercício da profissão. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 6., 2010. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2010.

TARAPANOFF, Fabíola. Jornalistas no cinema: imagens e representações. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 34., 2011. **Anais eletrônicos [...]**. Recife: Intercom, 2011.

TRAVANCAS, Isabel. Jornalista como personagem de cinema. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 24., 2001. **Anais eletrônicos [...]**. Campo Grande-MS: Intercom, 2001.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

WINCH, Rafael Rangel. Contribuições teóricas de Cremilda Medina para pensar complexamente o jornalismo. **Revista Pauta Geral Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa-MG, v. 5, n. 2, p. 89-105, jul./dez. 2018.